GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA COMPRASSC

portaldecompras.sc.gov.br

central-pregao@sea.sc.gov.br

Edital de Licitação

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	**CE 0899/2025**
PROCESSO SGPe	SEA 24927/2025
CONTRATANTE	Secretaria de Estado da Administração
ABERTURA	**Envio da proposta** 05/01/2026 a partir das 14:00 horas Abertura da sessão 06/02/2026, a partir das 13:15 horas
OBJETO	**Contratação de serviços de Concorrência Pública destinada à contratação de solução para o fornecimento de energia elétrica proveniente de empreendimento de geração a partir de fonte renovável (Novo Empreendimento), incluindo a contratação de Agente de Comercialização Varejista responsável por viabilizar a migração do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), visando o atendimento das necessidades de consumo de energia elétrica das unidades da Administração Direta, autárquica e fundacional, indireta, dependente e independente, indicadas no anexo I-A**
EXCLUSIVO ME/EPP	Não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MAIOR RETORNO ECONÔMICO**
VALOR TOTAL ESTIMADO	R$ 109.671.504,00

Pág. 01 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
Processo nº SEA 24927/2025

O **Estado de Santa Catarina**, por intermédio da **Secretaria de Estado da Administração**, com sede na Rodovia SC 401, Km 15, nº 4.600, Bloco II, 1º andar, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.351/0001-42, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, torna público que fará realizar licitação na **modalidade concorrência,** tipo meior retorno econômico, na forma eletrônica, modo de disputa **Fechado** para selecionar proposta objetivando a **contratação de serviços de Concorrência Pública destinada à contratação de solução para o fornecimento de energia elétrica proveniente de empreendimento de geração a partir de fonte renovável (Novo Empreendimento), incluindo a contratação de Agente de Comercialização Varejista responsável por viabilizar a migração do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), visando o atendimento das necessidades de consumo de energia elétrica das unidades da Administração Direta, autárquica e fundacional, indireta, dependente e independente, indicadas no anexo I-A**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024, e demais legislações federal e estadual e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Envio de proposta: a partir das 14:00 horas do dia 05/01/2026.
1.2. Abertura da sessão: a partir das 13:15 horas do dia 06/02/2026.
1.3. Início da disputa: a partir das 13:30 horas do dia 06/02/2026.
1.4. A concorrência eletrônica será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).
1.5. Todo e qualquer ato referente ao presente processo licitatório dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico via internet.
1.6. A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela Internet, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação – em todas as etapas do certame.
1.7. A concorrência, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado da Administração, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, que atuará como provedor do Sistema Eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS.
1.8. Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, denominados Agente de contratação e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com login e senha no endereço eletrônico http://e-lic.sc.gov.br.
1.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.
1.10. Os documentos relacionados a seguir são parte integrante deste Edital:
Anexo I – Detalhamento do objeto.
Anexo I-A - Unidades consumidoras/Consumo.
Anexo I-B - Declaração de implementação do novo empreendimento.
Anexo I-C - Plano Básico de Migração.
Anexo I-D - Documento de Modelagem e Diretivas Contratuais
Anexo I-E - Manual de solução para contratação de eficiência energética

Pág. 02 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

Anexo I-F - Guia do Manual de solução para contratação de eficiência energética
Anexo II – Modelo de proposta de preços eletrônica.
Anexo III – Modelo de proposta readequada.
Anexo IV – Minuta de Contrato.
Anexo IV-A - Matriz de alocação de riscos.
Anexo V – Modelo de declaração de atendimento às legislações vigentes.
Anexo VI – Termo de referência

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Do Objeto

2.1.1. A presente licitação destina-se a selecionar proposta objetivando a contratação de Concorrência Pública destinada à contratação de solução para o fornecimento de energia elétrica proveniente de empreendimento de geração a partir de fonte renovável (Novo Empreendimento), incluindo a contratação de Agente de Comercialização Varejista responsável por viabilizar a migração do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), visando o atendimento das necessidades de consumo de energia elétrica das unidades da Administração Direta, autárquica e fundacional, indireta, dependente e independente, indicadas no anexo I-A, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas e previstas neste Edital e seus Anexos.

2.2. Da Execução da Licitação

2.2.1. O processamento da licitação pela Secretaria de Estado da Administração, será na qualidade de Interveniente Promotora, destinando-se o objeto licitado a atender às necessidades da Secretaria de Estado da Administração

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação as licitantes interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.1.1. A licitante deverá atender às exigências da Lei Estadual nº 16.003, de 25 de abril de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.694, de 23 de agosto de 2013, mantendo programas de capacitação de seus trabalhadores no que se refere à saúde e segurança do trabalho.

3.1.1.1 A Administração poderá exigir os comprovantes necessários.

3.1.2. Os itens/lotes identificados com "(**Item exclusivo para ME/EPP**)", no quadro de quantidades do Anexo I, são de participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital e nos termos da Lei Complementar n° 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, sem prejuízo de sua participação nos demais lotes.

3.2. Não poderão disputar essa licitação:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Pág. 03 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10. um usuário representante de duas ou mais empresas, para o mesmo item ou lote do processo;

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade Contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. O impedimento de que tratam os itens 3.2.4 e 3.2.7 serão também aplicados à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens 3.2.2 e 3.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo da Contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.9. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10. A participação na licitação implica, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o Edital, automaticamente, na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste Edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos enviados em qualquer fase da licitação, não cabendo, portanto, posterior reclamação.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

4.1. Conduzir a sessão pública;

4.2. Receber, examinar e decidir (manifestar-se) sobre as impugnações e os pedidos de

Pág. 04 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

esclarecimentos ao edital e aos anexos, (e, no caso de impugnações, encaminhá-las à autoridade competente para decisão), além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

4.3. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;

4.4. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

4.5. Verificar e julgar as condições de habilitação;

4.6. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica (mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos);

4.7. Promover diligências, para:

4.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

4.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

4.8. Negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

4.9. Receber, examinar e manifestar-se acerca dos recursos e encaminhá-los à autoridade competente para decisão;

4.10. Indicar o vencedor do certame;

4.11. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

4.12. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para propor a sua adjudicação e homologação;

4.12.1. O Agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

5. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1. As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico, emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.

5.1.1. Atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado em participar da concorrência eletrônica e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no Edital.

5.1.2. Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.

5.1.3. O procedimento para inscrição e alterações, no Cadastro Geral de Fornecedores, encontra-se disponível no site do Portal de Compras pelo endereço http://portaldecompras.sc.gov.br, clicando em seguida no link “Fornecedores”.

5.1.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer licitação na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.

5.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

Pág. 05 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

5.2.1. As licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.3. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.

5.3.1. Para o correto funcionamento do Sistema recomendam-se os seguintes requisitos mínimos:

5.3.1.1 conexão de Internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;

5.3.1.2 navegadores Internet Explorer 9 ou superior, Chrome ou Firefox;

5.3.1.3 javascript habilitado e pop-ups liberados (não bloqueados).

6. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. A participação na concorrência eletrônica dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

6.1.1. O sistema de licitações estará disponível no endereço http://portaldecompras.sc.gov.br/ ou http://e- lic.sc.gov.br/, na área de acesso restrito.

6.1.2. Efetuado login no Sistema, o fornecedor somente irá visualizar os Editais em que esteja cadastrado no grupo-classe.

6.2. Como requisito para a participação na concorrência, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital.

6.2.1. Quando a licitante for beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

6.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

6.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importa na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.5. Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública de concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.6. As licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.7. O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

7. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório e/ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br, quando optar por efetuar o download do Edital como interessado ou e-lic.sc.gov.br, quando acessar o *link* do processo, selecionando painel de controle botão “Fórum”.

7.1.1. Fornecedores cadastrados podem optar ao efetuar o *login*, acessando o processo eletrônico,

Pág. 06 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

botão “Impugnação”.

7.2. O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir anexos na aba correspondente.

7.2.1. As impugnações registradas no Sistema, com ou sem anexos, constituem meio legal de prova, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

7.3. Não serão aceitos quaisquer documentos senão pelo Sistema eletrônico.

7.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

8.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, as licitantes interessadas deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o(s) respectivo(s) Anexo(s), até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente enviada.

8.3. As licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

8.4. A proposta enviada não poderá ter prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação das propostas nesta concorrência, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

8.5. Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida indicando o valor unitário e total dos serviços, expressos em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais no campo “valor da proposta”.

8.6. No valor da proposta devem estar inclusos todos os custos com a remuneração, encargos sociais, operacionais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, bem como taxas, impostos, fretes, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

8.6.1. A licitante deverá apresentar em sua proposta apenas um preço por item do edital, vetada diferenciação de preços em decorrência de local de entrega do item, forma ou local de acondicionamento do item ou quaisquer outras circunstâncias não previstas neste instrumento.

8.7. A proposta de preços com base nas especificações constantes neste Edital e seus Anexos, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, obrigatoriamente, a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*).

8.7.1. A licitante não poderá identificar-se (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.) nesta proposta comercial, **sob pena de desclassificação**.

8.8. As licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedores, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “*chat*” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (*e- mail*).

8.9. As propostas apresentadas serão irretratáveis e irrenunciáveis, na forma da lei.

8.10. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições deste Edital.

8.11. O cadastro das propostas no Sistema deverá seguir o regramento especificado a seguir:

8.11.1. Preço de Referência: R$348,00/MWh.

Pág. 07 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

8.11.2. Cada licitante deverá cadastrar em sistema sua única oferta, considerando o custo total formado pela soma do preço unitário (P1) e o valor correspondente da remuneração variável (P2), cujo percentual será apresentado na proposta escrita.
8.11.3. **O somatório da oferta registrada no sistema (P1 + valor correspondente a P2) deve ser igual ou inferior a R$311,46/MWh para que o licitante seja considerado classificado e apto para avaliação da proposta escrita, respeitando os percentuais de desconto em P1 e remuneração em P2 detalhados no item 11.9 deste edital.**
8.12. A licitante vencedora do certame, quando houver Cotação de Proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta no Sistema eletrônico, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do encerramento da fase de recursos.
8.12.1. Quando por lote, o valor unitário readequado não poderá ser superior àquele oferecido na proposta inicial registrada no sistema e-Lic.
8.12.2. Quando por lote, o valor unitário readequado de cada item não poderá ser superior aos valores individuais de referência definidos para a licitação, disponíveis no processo e no sistema e-Lic.
8.13. **DA GARANTIA DA PROPOSTA**
8.13.1. A Licitante deverá fornecer como parte integrante da proposta, comprovante de depósito de Garantia de Proposta no valor de 1% do valor anual estimado para contratação, constante da planilha orçamentária em Anexo, dentre as seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública (devendo ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda), ou seguro garantia, ou fiança bancária, a fim de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões da Licitante, arrolados abaixo:
8.13.1.1 Caso a Licitante retire sua proposta durante o período de validade definido no Edital e na Garantia de Proposta e,
8.13.1.2 Se a Licitante vencedora deixar de assinar o Contrato.
8.13.2. Se a Licitante apresentar a garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo padronizado pelo banco, desde que aceitos pela Entidade de Licitação.
8.13.3. Caução em dinheiro deverá ser depositada no Banco do Brasil, Agência 3582-3 Conta Corrente 920.001-0, devendo ser apresentado o comprovante do depósito. Fiança bancária e seguro-garantia de acordo com a legislação específica.
8.13.4. A fiança bancária deverá ser prestada por banco comercial, contendo renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil Brasileiro.
8.13.5. O prazo de validade da garantia terá, no mínimo, o mesmo prazo de vigência da proposta, mencionado neste Edital, podendo ser solicitada a prorrogação por meio de comunicação da Entidade de Licitação à Licitante, que deverá obter a concordância do Banco.
8.13.6. A Garantia de Proposta das Licitantes não vencedoras ser-lhes-á restituída no prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir da homologação da adjudicação. A Garantia de Proposta das Licitantes inabilitadas ser-lhes-á restituída no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir do encerramento da fase de habilitação; no caso de interposição de recurso o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo do recurso.
8.13.7. A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada quando assinado o Contrato.

9. DA SESSÃO PÚBLICA DE CONCORRÊNCIA

9.1. Iniciada a sessão pública de concorrência, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Agente de contratação.
9.2. Verificando-se o adiamento da sessão pública de concorrência, o Agente de contratação

Pág. 08 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

9.3. O Agente de contratação poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

9.4. No caso de desconexão do Agente de contratação, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.5. Quando a desconexão do Agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão de concorrência na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

10.1. A partir do horário previsto no Edital terá início a sessão pública da concorrência eletrônica, momento em que o Sistema disponibilizará campo próprio (Chat) para troca de mensagens entre o agente de contratação e as licitantes.

10.2. O agente de contratação verificará propostas eletrônicas de preço enviadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

10.2.1. A desclassificação de proposta de preços será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.1.1 O fornecedor que tiver a sua proposta de preços desclassificada, terá o tempo de 5 (cinco) minutos para solicitar reconsideração, findo o qual, o agente de contratação irá analisar a justificativa, fundamentando sua decisão.

10.2.1.2 A não desclassificação da proposta de preços não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.2.2. O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas de preços classificadas pelo agente de contratação.

10.2.3. As propostas de preços apresentadas com o mesmo valor serão ordenadas automaticamente pelo sistema, por meio de sorteio eletrônico.

10.3. O modo de disputa será **FECHADO**, conforme preconiza o art. 36 e o inciso II do parágrafo 2º do art. 56 da lei 14.133 de 2021 e, **NÃO HAVENDO POSSIBILIDADE DE LANCES**, e após a abertura das propostas de preços, o sistema sinalizará a proposta de menor preço.

10.3.1. Por questão de adequação do sistema, durante 10 (dez) minutos, este estará receptivo a inserção de lances, todavia esta ação não é permitida, conforme já mencionado. **Se porventura algum licitante inserir lances neste período, os mesmos serão descartados, havendo insistência na prática, o licitante será excluído do certame.**

11. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. O Agente de contratação verificará se as licitantes classificadas **(sendo aquelas que atingiram o valor de proposta inferior a R$311,46/MWh)** atendem às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações correlatas, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastros:

11.1.1. da existência de registros impeditivos da contratação no CGU-PAD, que contempla Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), e Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD) (https://certidoes.cgu.gov.br/);

11.1.2. da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa da licitante e também de seu

Pág. 09 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.4. Caso conste na consulta de situação da licitante a existência de ocorrências, a licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.2. O Agente de contratação solicitará a **todas as licitantes classificadas** que enviem:

11.2.1. A proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme Anexo III, constando:

11.2.1.1 Valores unitários e totais readequados ao valor total representado pelo lance vencedor;

11.2.1.2 Percentual de economia no custo de geração de energia **(P1);**

11.2.1.3 Percentual de remuneração da Contratada sobre a performance apurada **(P2);**

11.2.1.4 Percentual de partilha;

11.2.1.5 Razão Social da empresa;

11.2.1.6 Endereço completo e atualizado;

11.2.1.7 Telefone para contato;

11.2.1.8 Endereço de e-mail;

11.2.1.9 Representante legal da empresa (nome, CPF, RG, cargo/função na empresa, telefones de contato);

11.2.1.10 Sócio(s) majoritário(s) da empresa (nome, CPF/CNPJ, RG) conforme ato constitutivo vigente.

11.2.1.11 Dados bancários:

11.3.1.8.1. Banco (nº e nome do banco para pagamento);

11.3.1.8.2. nº da agência bancária com dígito;

11.3.1.8.3. nº da conta bancária com dígito.

11.2.2. Declaração de atendimento às legislações vigentes conforme anexo V deste edital.

11.2.3. Apresentar cópia do documento que comprove a Garantia de Proposta.

11.2.4. Apresentar plano de trabalho, contendo:

11.2.4.1 descrição detalhada da solução técnica ofertada, incluindo a concepção do empreendimento de geração eólica, suas principais características e a estratégia para atendimento das unidades consumidoras indicadas no edital e anexos;

11.2.4.2 Indicação das obras, serviços, equipamentos, sistemas e demais bens a serem fornecidos com respectivos prazos de implantação, comissionamento, entrada em operação comercial e demais marcos relevantes;

11.2.4.3 Plano de negócios do empreendimento que comprove a viabilidade técnica, econômica e financeira do Novo Empreendimento;

11.2.4.4 Projeto Básico da Usina, firmado por profissional competente devidamente registrado no conselho de classe;

11.2.4.5 Despacho de Registro de Outorga (DRO) válido ou seu pedido perante à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

11.2.4.6 Licença Ambiental Prévia (LAP) ou Licença Ambiental de Instalação (LAI) emitida pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA);

11.2.4.7 Certificação da estimativa de produção de energia elétrica procedida por empresa certificadora independentes;

11.2.4.8 Informe de Acesso ou Parecer de Acesso ao Sistema de Distribuição emitido pela CELESC;

Pág. 10 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

11.2.4.9 Declaração sobre a disponibilidade ou direito de usar os terrenos e/ou imóveis destinados à implantação da(s) usina(s), sob pena de incorrer nas sanções administrativas e cíveis cabíveis, que conterá as seguintes informações:

11.2.4.9.1. localização dos imóveis/terrenos e;

11.2.4.9.2. identificação, se existir, da matrícula do imóvel/terreno perante o registro de Cartório de Imóveis.

11.2.5. Os documentos exigidos para habilitação constantes no item 13 deste edital que não estejam contemplados no CCF, ou que estejam vencidos neste cadastro.

11.2.5.1 Os documentos de habilitação solicitados ao item 11.2.5 devem ser apresentados em arquivo distinto dos documentos referentes a proposta atualizada de preços, para análise no momento oportuno do rito licitatório.

11.3. Os documentos solicitados no subitem 11.3 deverão ser inseridos como Anexos no Sistema Eletrônico em até 01 (um) dia útil, a contar da convocação do Agente de contratação, via "CHAT".

11.4. Se a licitante primeiro classificada, após a fase de negociação, quando solicitado, não apresentar documento adicional e/ou amostra, e, quando enviado, os mesmos não atenderem ao exigido no Edital, terá sua proposta desclassificada.

11.5. Serão desclassificadas as propostas que:

11.5.1. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Detalhamento do objeto (Anexo I);

11.5.2. contiverem vícios insanáveis;

11.5.3. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

11.5.4. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

11.6. Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no Edital.

11.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

11.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.9. **Dos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global:**

11.9.1. O deságio mínimo obrigatório de 15% (quinze por cento) incidirá exclusivamente sobre o preço unitário P1, ou seja: P1 ≤ R$295,80/MWh.

11.9.2. propostas registradas com P1 superior a R$295,80/MWh serão automaticamente desclassificadas.

11.9.3. O somatório da oferta registrada no sistema (P1 + valor correspondente a P2) deve ser igual ou inferior a R$ 311,46/MWh para que o licitante seja considerado classificado e apto para avaliação da proposta escrita.

11.9.4. O percentual de remuneração variável (P2) deverá estar compreendido entre 0% (zero por cento) e 30% (trinta por cento) da economia apurada. Propostas escritas que apresentarem P2 fora destes limites serão desclassificadas.

11.9.5. O percentual de partilha, informado na proposta escrita, deverá ser igual ou superior a 15% (quinze por cento). Propostas que não apresentarem o percentual de partilha, ou que apresentarem percentual inferior ao mínimo acima serão automaticamente desclassificadas na fase de validação das ofertas.

11.10. Será considerada primeira classificada a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este Edital, apresentar o

Pág. 11 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

"MAIOR RETORNO ECONÔMICO".

11.11. **Critério de desempate**

11.11.1. Em caso de empate entre as propostas pelo critério do menor preço total (P1 + P2), será declarado vencedor aquele licitante que apresentar o maior percentual de partilha.

11.11.2. Persistindo o empate, após aplicação do critério do percentual de partilha, o desempate final será efetuado considerando o município catarinense onde foi obtida a licença para implantação do empreendimento, priorizando-se os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), conforme dados do PNUD Brasil, 2010.

11.11.3. A consulta do IDH Municipal deverá ser feita através do portal oficial do PNUD Brasil, disponível em https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010.

12. DA FORMA DE SOLICITAÇÃO E ENTREGA DE AMOSTRA(S), PROSPECTO(S) E DOCUMENTO(S) ADICIONAI(S)

12.1. Não serão exigidas amostras para a presente licitação.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. **Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF:**

13.1.1. A habilitação das licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade dos documentos a seguir elencados, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

13.1.2. Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados no CCF ou que estejam vencidos no Cadastro deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do Agente de contratação no Sistema Eletrônico via "*Chat*", em até 01 (um) dia útil, inseridos como Anexos no Sistema Eletrônico.

13.1.3. O Agente de contratação ou equipe de apoio, verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.2. **Da habilitação jurídica:**

13.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

13.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Pág. 12 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

13.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3. **documentação adicional exigida para cooperativas:**

13.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

13.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

13.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

13.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

13.3.6.1 ata de fundação;

13.3.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

13.3.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

13.3.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

13.3.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

13.3.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

13.4. **documentação adicional exigida para consórcios:**

13.4.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

13.4.2. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

13.4.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

13.4.4. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

13.4.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

13.5. **Da habilitação fiscal, social e trabalhista:**

Pág. 13 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

13.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
13.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
13.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
13.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
13.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
13.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
13.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
13.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.6. **Da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte:**

13.6.1. A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem restrição (documento vencido) no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, deverá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
13.6.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações previstas neste Edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.
13.6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de apuração de ocorrência da prática de crime na esfera penal.

13.7. **Da qualificação econômico-financeira:**

13.7.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
13.7.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Pág. 14 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

13.7.3. **Exigências adicionais:**

13.7.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

13.6.3.1.1. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

13.6.3.1.2. Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

13.6.3.1.3. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

13.7.3.2 Será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo **de 2% (dois por cento) do valor total estimado da contratação.**

13.7.3.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.7.3.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

13.7.3.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.7.3.6 **Caso empresas reunidas em consórcios, não formados totalmente por ME/EPP, será exigido para o consórcio acréscimo de 10% (dez porcento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira**

13.8. **Da qualificação técnica:**

13.8.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade.

13.8.2. Comprovação de que a contratada é Agente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE na categoria de geração ou que possua contrato com Agência comercializadora, na categoria de comercialização.

13.8.3. Certificado de adimplemento ou de que não possui pendências junto à CCEE.

13.8.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento dos serviços semelhantes, de complexidade operacional equivalente ou superior à do objeto desta licitação, deverá ser feita por meio de Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direto público ou privado, evidenciando:

13.8.4.1 Assessoria e condução nos processos técnicos, comerciais, administrativos e legais para mudança dos contratos no âmbito do ACR pelos novos contratos no âmbito do ACL de ou por empresa de mesmo grupo econômico.

13.8.5. Declaração de implementação do novo empreendimento (anexo I-B).

13.8.6. Poderão participar desta Concorrência as empresas ou consórcios que sejam detentores de direitos sobre projetos eólicos localizados no Estado de Santa Catarina, na condição de Novos Empreendimentos Eólicos, que não estejam em operação comercial na data de publicação do Edital e que comprovem a viabilidade ambiental e técnica do Novo Empreendimento, mediante apresentação de:

13.8.6.1 Licença Ambiental Prévia (LAP) ou Licença Ambiental de Instalação (LAI) emitida pelo IMA;

13.8.6.2 Informe de Acesso ou Parecer de Acesso ao Sistema de Distribuição emitido pela CELESC; e

Pág. 15 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

13.8.6.3 Despacho de Registro de Outorga emitido pela ANEEL

13.8.7. Ficha de Dados, constante do Sistema de Cadastramento da EPE, disponibilizado na internet, no endereço www.epe.gov.br;

13.8.8. Comprovante do direito de usar ou dispor do local a ser destinado ao empreendimento de geração, exceto para PCH e UHE;

13.8.9. Memorial Descritivo do Projeto, exceto para PCH e UHE, com o conteúdo mínimo especificado pela EPE nas instruções para o Cadastramento e Habilitação Técnica;

13.8.10. Orçamento dos empreendimentos, incluindo sua conexão ao sistema de transmissão ou de distribuição e os custos socioambientais, com o detalhamento necessário para fins de enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, bem como a estimativa de geração de empregos diretos durante a fase de construção do empreendimento;

13.8.11. Parecer ou documento equivalente, para o acesso à Rede Básica, às Demais Instalações de Transmissão - DIT ou às Instalações de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada - ICG, emitido pelo ONS, na hipótese em que a data de início de suprimento de energia elétrica ocorrer em prazo inferior ou igual a três anos;

13.8.12. Parecer ou documento equivalente, para o acesso às redes de distribuição, emitido pelas Distribuidoras e com data de emissão não superior a seis meses antes da data de cadastramento na EPE;

13.8.13. Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH, emitida pelo órgão competente, para empreendimentos hidrelétricos, e nos casos de empreendimentos termelétricos e heliotérmicos, quando pertinente, outorga de uso da água ou ato administrativo que ateste a disponibilidade hídrica;

13.8.14. Licença Ambiental Prévia (LAP) ou Licença de Instalação - LI ou a Licença de Operação - LO, emitida pelo órgão ambiental competente, em conformidade com a legislação ambiental;

13.8.15. Estudos e relatórios de impacto ambiental exigidos no processo de licenciamento ambiental;

13.8.16. Certificação de medições anemométricas e de estimativa da produção de energia elétrica associada ao empreendimento, emitida por certificador independente;

13.8.17. Para consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

13.9. Todos documentos deverão ser apresentados na língua nacional do Brasil, ou original traduzido por tradutor oficial, por meio eletrônico, em até 01 (um) dia útil após convocação do Agente de contratação via "*Chat*", inseridos como Anexos no Sistema Eletrônico.

13.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

13.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

Pág. 16 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

13.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.13. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de contratação examinará a proposta subsequente e realizará a negociação, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

13.14. Os documentos quando solicitados por meio eletrônico, deverão ser inseridos como Anexos no Sistema, no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da convocação do Agente de contratação, via "CHAT".

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotes e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata, em campo próprio do Sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a envio das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a enviar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

14.1.1. A falta de manifestação imediata da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 13.1, importará na decadência desse direito.

14.1.2. Para fins deste Edital considera-se "imediata", a manifestação realizada no prazo de 30 (trinta) minutos, contado a partir do encerramento da fase de habilitação.

14.2. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.3. O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir Anexos antes de fechar a janela.

14.3.1. Os recursos registrados no Sistema, constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinados, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

14.4. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal.

14.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de contratação/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.3.2 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

Pág. 17 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

15.1.4. fraudar a licitação;

15.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.5.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.5.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.5.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1 e 15.1.2 a multa será de 0,5% a 1% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.3, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 9 º do Decreto Estadual nº 441/2024.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às

Pág. 18 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. A celebração do Contrato será formalizada com o órgão requisitante, mediante a emissão do Contrato, consoante minuta que constitui o Anexo IV deste Edital.

16.1.1. A empresa deverá apresentar relação contendo o nome dos sócios, CPF, endereço da sede, foto da fachada, etc. (Lei Estadual nº. 17.983/2020).

16.2. Da convocação para assinatura do Contrato:

16.2.1. Transcorrido o prazo recursal, adjudicado o objeto e homologado o resultado, a licitante vencedora será convocada via endereço eletrônico (e-mail) para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o Contrato.

16.2.1.1 A assinatura do contrato se dará de forma eletrônica, mediante uso de certificação digital ICP Brasil, no mesmo prazo indicado no subitem acima.

16.2.1.2 A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela Contratante.

16.2.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital e seus Anexos, que será declarada a vencedora do certame, devendo o Agente de contratação negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

16.3. Da execução do Contrato

16.3.1. São partes integrantes do Contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente Edital de licitação, seus Anexos e quaisquer complementos, bem como os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

16.4. Do reajuste:

Pág. 19 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

16.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
16.4.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice IPCA/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo., exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. A subcontratação será limitada ao Agente de Comercialização Varejista para proceder a migração do Ambiente de Contratação Regulado - ACR para o Ambiente de Contratação Livre – ACL das unidades de consumo que integram o objeto da licitação, assim como para proceder-lhes o necessário provimento da energia elétrica, limitada à conclusão do empreendimento e início da geração de energia.
17.1.1. Ao concluir a implantação do empreendimento e estando este em operação, a contratada será a única fornecedora de energia elétrica para as unidades consumidoras relacionadas no Anexo I-A.
17.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
17.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
17.4. A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
17.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas referentes à execução do Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza de Despesa	Fonte
47001	2899	33.90.39.43	1.500.100.000

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Cópias e vistas obedecerão aos seguintes procedimentos:
19.1.1. Cópia deste Edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico http://portaldecompras.sc.gov.br/.
19.1.2. Vistas ao processo licitatório poderão ser realizadas no endereço eletrônico http://www.sea.sc.gov.br/, por intermédio do *link* "SGP-e" informando o nº do processo **SEA 24927/2025.**
19.2. É facultado ao Agente de contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

Pág. 20 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

19.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.4. A Secretaria de Estado da Administração – SEA poderá revogar a presente concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.5. O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Secretaria de Estado da Administração – SEA, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.

19.5.1. Caso ocorram alterações neste Edital, as mesmas serão disponibilizadas no site http://portaldecompras.sc.gov.br/, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

19.6. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste Edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.9. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

Vânio Boing
Secretário de Estado da Administração
(Assinado Digitalmente)

Pág. 21 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO I
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
DETALHAMENTO DO OBJETO

1. OBJETO:

1.1. Concorrência Pública destinada à contratação de solução para o fornecimento de energia elétrica proveniente de empreendimento de geração a partir de fonte eólica (Novo Empreendimento), incluindo a contratação de Agente de Comercialização Varejista responsável por viabilizar a migração do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), visando o atendimento das necessidades de consumo de energia elétrica das unidades da Administração Direta, autárquica e fundacional, indireta, dependente e independente, indicadas no anexo I-A

ITEM	GRUPO CLASSE	CÓDIGO	DESCRITIVO	UNIDADE	QUANTIDADE
LOTE I					
1	0436	504223372	Serviços Especializados Serviços Especializados - Fornecimento de energia elétricas de fonte renovável Fornecimento de energia elétrica de fonte renovável. Unidade em MWh - Órgãos da administração direta, fundacional, autárquica e indireta, dependente	Unidade	139.516
2	0436	504223372	Serviços Especializados Serviços Especializados - Fornecimento de energia elétricas de fonte renovável Fornecimento de energia elétrica de fonte renovável. Unidade em MWh - Empresas Públicas, da administração indireta independente. A fonte de recurso será própria.	Unidade	175.632

(**1) Quantidades máximas para contratação:** As quantidades máximas estimadas para contratação são as informadas na tabela acima, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.
(2) As proponentes devem oferecer propostas prevendo o quantitativo total solicitado para cada item, sendo vetado o oferecimento de quantidades menores que o consumo estimado neste instrumento.
(3) Em caso de divergência entre as descrições deste edital e do sistema e-lic, as informações deste documento prevalecerão.

Pág. 22 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

1.1.1 O contrato será celebrado sob o regime de eficiência econômica, conforme previsto no art.6º, ,LIII, da Lei nº 14.133/2021, e contempla o fornecimento de energia elétrica com foco na otimização de custos e na sustentabilidade da matriz energética da Administração Pública estadual.

1.1.2. O certame será disputado na modalidade Concorrência, do tipo maior retorno econômico por MWh (megawatts-hora) para o fornecimento de energia elétrica negociada no Ambiente de Contratação Livre e contempla:

1.1.2.1. A obrigação do proponente de implantação de Novo Empreendimento constituído por usina destinada à geração de energia elétrica com base em fonte eólica em Região do Estado de Santa Catarina em cujo território esteja(m) situado(s) Município(s) classificado(s) como de Baixo ou Muito Baixo índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM;

1.1.2.2. A execução e conclusão dos Serviços preliminares de Pré-Migração do Mercado Regulado - ACR para o Ambiente de Contratação Livre – ACL de todas as unidades consumidoras constantes na planilha Identificação das Unidades Consumidoras e Estimativa de Consumo arroladas;

1.1.2.3. O fornecimento de energia elétrica no ACL na fase pré-operacional, através de Agente de Comercialização Varejista, assim como da energia elétrica a ser gerada pelo Novo Empreendimento após o início de suas operações;

1.1.2.4 A execução dos serviços de Pós-Migração, incluindo representação da CONTRATANTE no ACL, capacitação de pessoal da CONTRATANTE, elaboração e disponibilização de relatórios de acompanhamento e demais encargos e planos necessários ao suprimento da energia.

1.2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES OU DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.2.1 Usina Geradora – Novo Empreendimento: O proponente deverá se comprometer a construir, implantar e operar usina eólica com potência suficiente para suprir a demanda constante no **ANEXO I-A - UNIDADES CONSUMIDORAS X CONSUMO**

1.2.1. A solução **para o fornecimento de energia elétrica** com base em fonte eólica deverá se constituir em Novo Empreendimento, não podendo já estar em operação e deverá ser instalada em território catarinense, **preferencialmente** em regiões que contenham municípios com Muito Baixo ou Baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.

1.2.2. Para participar da Concorrência Pública o proponente deverá ser detentor de direitos sobre projetos eólicos localizados no Estado de Santa Catarina, na condição de Novo Empreendimento Eólico, que não esteja em operação comercial na data de publicação do Edital e deverá apresentar:

a) Plano de negócios do empreendimento que comprove a viabilidade técnica, econômica e financeira do Novo Empreendimento;
b) Projeto Básico da Usina, firmado por profissional competente devidamente registrado no conselho de classe;
c) Despacho de Registro de Outorga (DRO) válido ou seu pedido perante à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
d) Licença Ambiental Prévia (LAP) ou de Licença Ambiental de Instalação (LAI) emitida pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA);

Pág. 23 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

e) Certificação da estimativa de produção de energia elétrica procedida por empresa certificadora independentes;
f) Informe de Acesso ou Parecer de Acesso ao Sistema de Distribuição emitido pela CELESC;
g) Declaração sobre a disponibilidade ou direito de usar os terrenos e/ou imóveis destinados à implantação da(s) usina(s), sob pena de incorrer nas sanções administrativas e cíveis cabíveis, que conterá as seguintes informações:
(i) localização dos imóveis/terrenos; e
(ii) identificação, se existir, da matrícula do imóvel/terreno perante o registro de Cartório de Imóveis.

1.2.3. O início da operação da(s) usina(s) deverá ocorrer até 36 meses da assinatura do contrato.

1.2.4. Identificação das Unidades Consumidoras e estimativa de Consumo
1.2.4.1. As unidades consumidoras e suas estimativas de consumo, estão consolidadas abaixo:
1.2.4.1.1. Unidades Consumidoras: 522
1.2.4.1.1. Estimativa de consumo total: 315.418 MWh
1.2.4.2. A relação das unidades consumidoras e suas estimativas de consumo, constam nos autos do processo SGPe SEA nº 24927/2025, ANEXO I-A.

1.2.5. Migração do ACR para o ACL:
1.2.5.1. Período de Suprimento Pré-operacional (Período de Transição): O período de suprimento pré-operacional corresponde ao período entre a efetiva migração das unidades de consumo arroladas no item 2.2. para o ACL e os 12 meses subsequentes ao início da operação do Novo Empreendimento, devendo serem observados as seguintes condições e procedimentos:

1.2.5.1.1. O proponente, diretamente ou mediante a contratação de Agente de Comercialização Varejista, executará todos os procedimentos necessários à migração das unidades consumidoras constantes da planilha Identificação das Unidades Consumidoras e estimativa de Consumo arroladas, bem como procederá o respectivo suprimento de energia no ACL na fase pré-operacional do Novo Empreendimento.

1.2.5.1.2. O fornecimento no Ambiente de Contratação Livre ocorrerá na modalidade varejista, assumindo o contratado todos os riscos de variação do Preço da Liquidação da Diferença (PLD), assegurando a energia no Mercado Livre para todo o período de fornecimento ao Preço do Contrato;

1.2.5.1.3. A flexibilidade e a modulação da energia fornecida serão iguais à medição da energia consumida pelas Unidades Consumidoras, o que implica em flexibilidade total e modulação pela carga;

1.2.5.1.4. O Encargo do Serviço do Sistema, o Encargo de Energia de Reserva e o Encargo de Reserva de Capacidade, na forma prevista na legislação vigente, serão integralmente de responsabilidade do Proponente;

1.2.5.1.5. O Proponente Vencedor, diretamente ou através do Agente de Comercialização Varejista por ele contratado, viabilizará a migração das Unidades Consumidoras do Mercado Cativo para o Mercado Livre, arcando com os custos de adaptações do sistema de medição;

Pág. 24 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

1.2.5.1.6. A gestão das Unidades Consumidoras no Mercado Livre para ambos os períodos de fornecimento será de responsabilidade do proponente, podendo estar a cargo do Agente de Comercialização Varejista por ele contratado.

1.2.5.2. Período de Suprimento Operacional: Corresponde ao período entre os 12 meses subsequentes ao início da operação do Novo Empreendimento e o prazo final de vigência do contrato, mantendo o proponente as mesmas obrigações do período de suprimento pré-operacional, devendo ser observado especialmente as seguintes condições:

1.2.5.2.1 O fornecimento no Ambiente de Contratação Livre ocorrerá na modalidade varejista, assumindo o contratado todos os riscos de variação do Preço da Liquidação da Diferença (PLD), assegurando a energia no Mercado Livre para todo o período de fornecimento ao Preço do Contrato;

1.2.5.2.2. A flexibilidade e a modulação da energia fornecida serão iguais à medição da energia consumida pelas Unidades Consumidoras, o que implica em flexibilidade total e modulação pela carga;

1.2.5.2.3. O Encargo do Serviço do Sistema, o Encargo de Energia de Reserva e o Encargo de Reserva de Capacidade, na forma prevista na legislação vigente, serão integralmente de responsabilidade do Proponente;

1.2.5.2.4. O proponente deverá obter a autorização da Câmara CCEE de Agente Supridor Varejista para passar a fornecer energia elétrica nas condições contratadas à Unidades Consumidoras constantes da planilha Identificação das Unidades Consumidoras e estimativa de Consumo arroladas ou manter contrato com Agente de Comercialização Varejista devidamente autorizado pela CCEE.

1.2.5.2.5. A gestão das Unidades Consumidoras no Mercado Livre para ambos os períodos de fornecimento será de responsabilidade do Proponente, diretamente ou através de Agente de Comercialização Varejista por ele contratado.

1.2.6. Especificação dos Itens:

LOTE	ITEM	CÓDIGO Material/Serviço	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
I	1	504223372	Fornecimento de energia elétrica de fonte renovável. Unidade em MWh	unidade	139.516
	2	504223372	Fornecimento de energia elétrica de fonte renovável. Unidade em MWh	unidade	175.632

Pág. 25 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

	TOTAL	315.148 MWh/ano

2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. Plano Básico de Migração - PBM

2.1.1. A Contratada deverá apresentar o PBM em até 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do contrato;

2.1.2. O PBM será avaliado e aprovado pelo contratante em até 15 (quinze) dias úteis.

2.1.2.1 Não sendo aprovado o PBM a Contratante irá fundamentar as suas razões, concedendo à contratada novo prazo para apresentação em igual período, 30 (trinta) dias.

2.1.3. Conclusão do PBM

2.1.3.1. Deverá ser concluído em até 180 dias, contados após a aprovação do PBM, pela Administração.

2.1.3.1.1. O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação fundamentada pela contratada, devendo ser apresentada antes do término do prazo inicial de implantação (180 dias).

2.1.4. Implementação do empreendimento

2.1.4.1. A apresentação do cronograma para início da implementação do empreendimento, ocorrerá logo após a assinatura do contrato.

2.1.4.1.1. O prazo máximo para implementação e operação do empreendimento será conforme item 2.1.6.1.

2.1.5. Início do suprimento de energia às unidades consumidoras

2.1.5.1. O fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras no ACL deverá iniciar em até 30 (trinta) dias, após a conclusão do PBM.

2.1.6. Entrada em operação comercial do Novo Empreendimento Eólico

2.1.6.1. O novo empreendimento eólico deverá iniciar operação comercial em até 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato;

2.1.6.1.1 O prazo poderá ser prorrogado, mediante justificativa técnica fundamentada, apresentada pela contratada, antes da conclusão do prazo definido no item 6.1.6.1., analisado e autorizado, a critério da contratante.

2.2. Execução do objeto

2.2.1. Fase 1 - Migração e Adequação (PBM):

2.2.1.1. Diagnóstico das unidades consumidoras do grupo A;

2.2.1.2. Avaliação e adequação da infraestrutura física e de medição ao padrão ACL;

2.2.1.3. Regularização contratual, sincronização de vencimento, renúncia aos contratos do mercado regulado e adesão das UCs à CCEE por meio de agente varejista.

2.2.2. Fase 2 - Suprimento de Energia no ACL (período pré-operacional):

2.2.2.1. Compra e fornecimento de energia de fonte renovável no mercado livre para atendimento integral das UCs, com gestão dos volumes contratados, sazonalização e flexibilidade dentro dos limites contratuais;

2.2.3. Fase 3 - Implantação do Novo Empreendimento Eólico:

2.2.3.1. Elaboração de projetos, obtenção e manutenção de licenças e autorizações setorias, sob responsabilidade da contratada;

2.2.3.2. Construção, conexão ao SIN e comissionamento do empreendimento em região de baixo IDH em Santa Catarina.

2.2.4. Fase 4 - Operação integrada e gestão no ACL:

Pág. 26 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

2.2.4.1. Operação do parque eólico e complementação com compras no ACL, quando necessário;
2.2.4.2. Representação das UCs na CCEE, contabilização e liquidação de energia, emissão de faturas e relatórios de desempenho;
2.2.4.3. Execução dos mecanismos de aferição contratual de economia e revisão quadrienal, incluindo eventual partilha de excedentes de economia.
2.3. **O regime de execução da prestação dos serviços será e de empreitada por preço unitário.**
2.4. Local, horário e endereço de entrega
A apresentação do PBM ocorrerá no endereço: Rod. SC 401, Km 15, nº 4.600 - Bloco II, Bairro Saco Grande, Florianópolis/SC - CEP 88032-900
Telefone: 48 3665-1560
Responsável: Marcos Vinicio Fagundes de Oliveira
*Demais entregas ocorrerão no local definido pelo plano apresentado.

3 MEDIÇÃO E PAGAMENTO
3.1 Prazos
3.1.1. Prazo de troca de bens rejeitados: Não se aplica
3.1.2. Prazo de recebimento provisório: até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega da fatura/NF..
3.1.3. Prazo de recebimento definitivo do objeto: 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.
3.1.4. Prazo de liquidação/pagamento do documento fiscal: em até 30 dias, após o aceite do Documento Fiscal.
3.3. Em se tratando de serviços, indicar os critérios de medição abaixo:
3.2.1. Durante a implementação e até o início das operações da usina, o pagamento dar-se-á pela leitura da fatura, em base mensal.
3.2.2. A partir da operação da usina, o pagamento da fatura dependerá do relatório de geração da usina, correspondente ao item 9 do PBM a ser apresentado pela contratada.
3.2.3. O relatório que gerará a fatura de pagamento estará disponível no painel de gestão;
3.2.4. Após a confirmação dos serviços prestados, a fatura dos serviços mensais serão geradas e liquidadas.

Pág. 27 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO I-A
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO

N	Tipo	Classe	Adesão	Organização	Código Da UC - Unidade Consumidora	Município	Consumo total (kWh/ano)	Consumo total (MWh/ano)	Geração (R$ 348/MWh)
1	Secretaria	1	Não se aplica	agencia de desenvolvimento do turismo do estado de santa catarina	28649550	Florianópolis	150.698,30	150,70	R$ 52.443,01
2	Secretaria	1	Não se aplica	agencia de desenvolvimento do turismo do estado de santa catarina	43069322	Florianópolis	190.682,61	190,68	R$ 66.357,55
3	Secretaria	1	Não se aplica	estado de santa catarina	12184999	Florianópolis	254.351,24	254,35	R$ 88.514,23
4	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao catarinense de esporte - fesporte	19533301	Joinville	23.122,84	23,12	R$ 8.046,75
5	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	49292945	Balneário Camboriú	210.572,68	210,57	R$ 73.279,29
6	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	41399880	Chapecó	297.330,12	297,33	R$ 103.470,88
7	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	12184158	Florianópolis	600.887,58	600,89	R$ 209.108,88
8	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	12351135	Florianópolis	229.254,71	229,25	R$ 79.780,64
9	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	20665025	Florianópolis	0,00	0,00	R$ 0,00
10	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	23421615	Florianópolis	2.381.567,47	2381,57	R$ 828.785,48
11	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	22814907	Ibirama	2.092,80	2,09	R$ 728,29
12	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	46190068	Ibirama	250.812,21	250,81	R$ 87.282,65
13	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	26454336	Joinville	2.392.422,78	2392,42	R$ 832.563,13
14	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	12216955	Lages	2.089.954,25	2089,95	R$ 727.304,08
15	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	12264488	Laguna	414.560,71	414,56	R$ 144.267,13
16	Secretaria	1	Não se aplica	fundacao universidade do estado de sc udesc	26132010	São Bento Do Sul	163.510,30	163,51	R$ 56.901,58
17	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de materiais, publicacoes e impressos oficiais sc	12311818	Florianópolis	27.206,34	27,21	R$ 9.467,81
18	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de materiais, publicacoes e impressos oficiais sc	31754364	Florianópolis	2.026.915,16	2026,92	R$ 705.366,48
19	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	42104035	Blumenau	202.252,54	202,25	R$ 70.383,88
20	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	48313515	Camboriú	45.343,91	45,34	R$ 15.779,68
21	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	12183283	Florianópolis	59.125,73	59,13	R$ 20.575,75
22	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	12185960	Florianópolis	0,00	0,00	R$ 0,00
23	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	50826562	Florianópolis	74.966,32	74,97	R$ 26.088,28
24	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	22990080	Jaraguá Do Sul	109.097,61	109,10	R$ 37.965,97
25	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	19484696	Joinville	263.726,29	263,73	R$ 91.776,75
26	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	26952816	Joinville	233.065,98	233,07	R$ 81.106,96
27	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	50167445	Lages	62.494,62	62,49	R$ 21.748,13
28	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	24005658	Rio Do Sul	174.927,09	174,93	R$ 60.874,63
29	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	23682656	São José	139.604,79	139,60	R$ 48.582,47
30	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	51234111	São José	292.412,90	292,41	R$ 101.759,69
31	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia civil - fumpc	3629805	Tubarão	177.036,90	177,04	R$ 61.608,84
32	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	31744067	Balneário Camboriú	135.623,37	135,62	R$ 47.196,93
33	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12197373	Blumenau	283.122,93	283,12	R$ 98.526,78
34	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	50451763	Brusque	87.778,32	87,78	R$ 30.546,85

Pág. 28 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

35	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12285833	Canoinhas	104.537,70	104,54	R$ 36.379,12
36	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12298781	Chapecó	361.100,84	361,10	R$ 125.663,09
37	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12231121	Concórdia	119.850,84	119,85	R$ 41.708,09
38	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	19884201	Criciúma	329.810,99	329,81	R$ 114.774,22
39	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12183224	Florianópolis	267.639,64	267,64	R$ 93.138,60
40	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12183674	Florianópolis	329.640,84	329,64	R$ 114.715,01
41	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12183950	Florianópolis	317.169,14	317,17	R$ 110.374,86
42	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12185014	Florianópolis	895.018,96	895,02	R$ 311.466,60
43	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12185928	Florianópolis	219.845,64	219,85	R$ 76.506,28
44	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	26014883	Florianópolis	38.027,63	38,03	R$ 13.233,61
45	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	46700821	Florianópolis	75.783,02	75,78	R$ 26.372,49
46	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	54342926	Florianópolis	114.865,56	114,87	R$ 39.973,21
47	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	23623714	Herval D'oeste	133.122,22	133,12	R$ 46.326,53
48	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12213760	Jaraguá Do Sul	265.257,60	265,26	R$ 92.309,64
49	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12207808	Joinville	365.967,01	365,97	R$ 127.356,52
50	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12210116	Joinville	49.376,37	49,38	R$ 17.182,98
51	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	20986824	Rio Do Sul	141.051,03	141,05	R$ 49.085,76
52	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12191030	São José	144.487,98	144,49	R$ 50.281,82
53	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	29158215	São José	149.949,66	149,95	R$ 52.182,48
54	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria da policia militar	12263520	Tubarão	163.697,46	163,70	R$ 56.966,72
55	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria do corpo de bombeiros militar - fumcbm	20768509	Blumenau	175.982,00	175,98	R$ 61.241,74
56	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria do corpo de bombeiros militar - fumcbm	12186185	Florianópolis	225.426,42	225,43	R$ 78.448,40
57	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria do corpo de bombeiros militar - fumcbm	22231626	Florianópolis	527.401,53	527,40	R$ 183.535,73
58	Secretaria	1	Não se aplica	fundo de melhoria do corpo de bombeiros militar - fumcbm	12269560	Rio Do Sul	104.486,65	104,49	R$ 36.361,36
59	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de defesa civil	51345630	Chapecó	198.577,39	198,58	R$ 69.104,93
60	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de defesa civil	29111375	Florianópolis	1.731.184,42	1731,18	R$ 602.452,18
61	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de defesa civil	47611245	Ituporanga	40.596,83	40,60	R$ 14.127,70
62	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de defesa civil	48473474	Lontras	148.673,57	148,67	R$ 51.738,40
63	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	48519288	Araranguá	138.158,54	138,16	R$ 48.079,17
64	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12183623	Florianópolis	4.631.016,57	4631,02	R$ 1.611.593,77
65	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12185120	Florianópolis	4.222.121,73	4222,12	R$ 1.469.298,36
66	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12185855	Florianópolis	223.929,14	223,93	R$ 77.927,34
67	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	25556070	Florianópolis	231.024,23	231,02	R$ 80.396,43
68	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	25615123	Florianópolis	1.199.205,96	1199,21	R$ 417.323,67
69	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	25738616	Florianópolis	912.918,32	912,92	R$ 317.695,57
70	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	28588780	Florianópolis	969.559,92	969,56	R$ 337.406,85
71	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	28592388	Florianópolis	1.740.151,11	1740,15	R$ 605.572,59
72	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12273541	Ibirama	1.270.718,32	1270,72	R$ 442.209,98
73	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12207832	Joinville	186.939,40	186,94	R$ 65.054,91
74	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	25955463	Joinville	5.510.535,23	5510,54	R$ 1.917.666,26
75	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	31773016	Joinville	1.686.061,70	1686,06	R$ 586.749,47
76	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	31552150	Lages	3.192.738,48	3192,74	R$ 1.111.072,99

Pág. 29 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

77	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12281544	Mafra	529.171,05	529,17	R$ 184.151,52
78	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12190565	São José	2.561.105,52	2561,11	R$ 891.264,72
79	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12190697	São José	7.635.301,35	7635,30	R$ 2.657.084,87
80	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12190824	São José	203.562,66	203,56	R$ 70.839,81
81	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	28601999	São José	668.707,77	668,71	R$ 232.710,31
82	Secretaria	1	Não se aplica	fundo estadual de saude	12190840	São Pedro De Alcântara	429.431,47	429,43	R$ 149.442,15
83	Secretaria	1	Não se aplica	fundo para melhoria da seguranca publica	29562695	Florianópolis	533.577,83	533,58	R$ 185.685,08
84	Secretaria	1	Não se aplica	fundo para melhoria da seguranca publica	46191021	Florianópolis	1.409.778,64	1409,78	R$ 490.602,97
85	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	45511367	Araranguá	674.645,87	674,65	R$ 234.776,76
86	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	43165151	Barra Velha	305.292,95	305,29	R$ 106.241,95
87	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	43377248	Blumenau	303.455,38	303,46	R$ 105.602,47
88	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	50146189	Blumenau	1.074.863,27	1074,86	R$ 374.052,42
89	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	42255564	Brusque	241.573,28	241,57	R$ 84.067,50
90	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	48342876	Caçador	301.736,90	301,74	R$ 105.004,44
91	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	42362298	Campos Novos	214.094,70	214,09	R$ 74.504,96
92	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	42798657	Canoinhas	723.018,37	723,02	R$ 251.610,39
93	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	12298765	Chapecó	1.234.273,05	1234,27	R$ 429.527,02
94	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	22041150	Chapecó	215.013,49	215,01	R$ 74.824,69
95	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	46420381	Chapecó	455.702,01	455,70	R$ 158.584,30
96	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	49500521	Chapecó	839.993,74	839,99	R$ 292.317,82
97	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	50454010	Chapecó	383.713,24	383,71	R$ 133.532,21
98	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	51241908	Chapecó	1.518.059,55	1518,06	R$ 528.284,72
99	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	52371937	Chapecó	76.174,36	76,17	R$ 26.508,68
100	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	52632315	Chapecó	174.042,33	174,04	R$ 60.566,73
101	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	52632366	Chapecó	400.829,93	400,83	R$ 139.488,81
102	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	52728436	Chapecó	506.014,18	506,01	R$ 176.092,93
103	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	22482823	Criciúma	832.030,91	832,03	R$ 289.546,76
104	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	41097167	Criciúma	1.288.328,43	1288,33	R$ 448.338,29
105	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	51762460	Criciúma	1.205.484,35	1205,48	R$ 419.508,55
106	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	12185049	Florianópolis	2.150.713,39	2150,71	R$ 748.448,26
107	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	21983314	Florianópolis	547.104,43	547,10	R$ 190.392,34
108	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	21403792	Itajaí	969,83	0,97	R$ 337,50
109	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	43460269	Itajaí	4.973.792,69	4973,79	R$ 1.730.879,85
110	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	43975455	Itapema	335.391,78	335,39	R$ 116.716,34
111	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	25069838	Joinville	1.559.507,11	1559,51	R$ 542.708,47
112	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	30237137	Joinville	2.680.956,35	2680,96	R$ 932.972,81
113	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	43498924	Joinville	427.764,04	427,76	R$ 148.861,88
114	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	55680825	Joinville	697.241,26	697,24	R$ 242.639,96
115	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	27344054	Lages	274.377,43	274,38	R$ 95.483,34
116	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	44954915	Lages	671.957,56	671,96	R$ 233.841,23
117	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	12264585	Laguna	196.722,79	196,72	R$ 68.459,53
118	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	28762003	Mafra	330.678,73	330,68	R$ 115.076,20

Pág. 30 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

119	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	21718424	Palhoça	1.063.514,53	1063,51	R$ 370.103,06
120	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	44934515	Palhoça	1.757.454,96	1757,45	R$ 611.594,32
121	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	46798597	Palhoça	0,00	0,00	R$ 0,00
122	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	49207433	Palhoça	102.257,74	102,26	R$ 35.585,69
123	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	49571917	Palhoça	579.670,38	579,67	R$ 201.725,29
124	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	56588965	Palhoça	1.984.157,48	1984,16	R$ 690.486,80
125	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	41506890	Rio Do Sul	710.716,82	710,72	R$ 247.329,45
126	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	12224745	São Cristovão Do Sul	4.886.116,46	4886,12	R$ 1.700.368,53
127	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	27985653	São Cristovão Do Sul	238.629,75	238,63	R$ 83.043,15
128	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	50545431	São Cristovão Do Sul	188.436,69	188,44	R$ 65.575,97
129	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	24216632	São Francisco Do Sul	242.117,75	242,12	R$ 84.256,98
130	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	12190980	São José	305.667,27	305,67	R$ 106.372,21
131	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	27583881	São Pedro De Alcântara	3.037.786,53	3037,79	R$ 1.057.149,71
132	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	23181339	Tijucas	728.735,28	728,74	R$ 253.599,88
133	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	42786721	Tubarão	557.534,38	557,53	R$ 194.021,97
134	Secretaria	1	Não se aplica	fundo penitenciario do estado de santa catarina fupesc	53727972	Tubarão	524.798,29	524,80	R$ 182.629,81
135	Secretaria	1	Não se aplica	instituto de metrologia de santa catarina	30093003	São José	168.172,30	168,17	R$ 58.523,96
136	Secretaria	1	Não se aplica	procuradoria geral do estado	25483103	Florianópolis	340.768,39	340,77	R$ 118.587,40
137	Secretaria	1	Não se aplica	santa catarina defensoria publica	20366389	Florianópolis	338.012,03	338,01	R$ 117.628,19
138	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da administracao	12186215	Florianópolis	57.577,40	57,58	R$ 20.036,94
139	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da agricultura e da pesca	12186177	Florianópolis	266.737,87	266,74	R$ 92.824,78
140	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	49638795	Abdon Batista	56.845,78	56,85	R$ 19.782,33
141	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	45626687	Água Doce	381.858,65	381,86	R$ 132.886,81
142	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	31464897	Apiúna	82.350,66	82,35	R$ 28.658,03
143	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48218725	Araquari	151.276,80	151,28	R$ 52.644,33
144	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12247850	Araranguá	165.841,30	165,84	R$ 57.712,77
145	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	18958562	Balneário Camboriú	114.610,34	114,61	R$ 39.884,40
146	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48176020	Balneário Camboriú	87.863,39	87,86	R$ 30.576,46
147	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	52027551	Barra Velha	135.044,87	135,04	R$ 46.995,62
148	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	29014493	Biguaçu	102.121,62	102,12	R$ 35.538,33
149	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197381	Blumenau	162.319,28	162,32	R$ 56.487,11
150	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197411	Blumenau	249.502,08	249,50	R$ 86.826,72
151	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197594	Blumenau	284.041,72	284,04	R$ 98.846,52
152	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197632	Blumenau	126.928,91	126,93	R$ 44.171,26
153	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197756	Blumenau	62.494,62	62,49	R$ 21.748,13
154	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197772	Blumenau	212.427,27	212,43	R$ 73.924,69
155	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197829	Blumenau	437.054,01	437,05	R$ 152.094,79
156	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197918	Blumenau	173.702,04	173,70	R$ 60.448,31
157	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197934	Blumenau	195.667,89	195,67	R$ 68.092,43
158	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12197942	Blumenau	141.612,51	141,61	R$ 49.281,15
159	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12198043	Blumenau	124.104,49	124,10	R$ 43.188,36
160	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12198132	Blumenau	48.389,52	48,39	R$ 16.839,55

Pág. 31 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

161	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	18934949	Blumenau	146.580,77	146,58	R$ 51.010,11
162	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	19994767	Blumenau	291.630,23	291,63	R$ 101.487,32
163	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	25883217	Blumenau	73.554,11	73,55	R$ 25.596,83
164	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	49212313	Blumenau	156.194,02	156,19	R$ 54.355,52
165	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	49135505	Bom Retiro	45.633,15	45,63	R$ 15.880,34
166	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	21994260	Bombinhas	160.736,92	160,74	R$ 55.936,45
167	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	20775823	Brusque	241.028,81	241,03	R$ 83.878,03
168	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	24285782	Brusque	79.798,47	79,80	R$ 27.769,87
169	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	24734447	Brusque	182.277,40	182,28	R$ 63.432,54
170	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12226489	Caçador	76.174,36	76,17	R$ 26.508,68
171	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	28124236	Caçador	78.131,04	78,13	R$ 27.189,60
172	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	30901673	Caçador	48.797,87	48,80	R$ 16.981,66
173	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12290489	Campo Alegre	30.149,87	30,15	R$ 10.492,15
174	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	29970823	Campo Erê	191.431,25	191,43	R$ 66.618,08
175	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	54191987	Campos Novos	36.207,07	36,21	R$ 12.600,06
176	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	23288877	Canoinhas	171.609,25	171,61	R$ 59.720,02
177	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	22620614	Capinzal	52.762,27	52,76	R$ 18.361,27
178	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12268955	Capivari De Baixo	55.909,97	55,91	R$ 19.456,67
179	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	30896068	Capivari De Baixo	74.319,77	74,32	R$ 25.863,28
180	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12298897	Chapecó	103.703,98	103,70	R$ 36.088,99
181	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12299338	Chapecó	92.100,02	92,10	R$ 32.050,81
182	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12299648	Chapecó	148.520,44	148,52	R$ 51.685,11
183	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	22293788	Chapecó	168.750,79	168,75	R$ 58.725,28
184	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	24364038	Chapecó	264.015,53	264,02	R$ 91.877,41
185	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	28643403	Chapecó	153.863,02	153,86	R$ 53.544,33
186	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	43621181	Chapecó	267.248,31	267,25	R$ 93.002,41
187	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	51610695	Chapecó	155.360,30	155,36	R$ 54.065,39
188	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12231423	Concórdia	157.436,09	157,44	R$ 54.787,76
189	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12245386	Criciúma	12.471,70	12,47	R$ 4.340,15
190	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12245440	Criciúma	362.802,30	362,80	R$ 126.255,20
191	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	27926967	Curitibanos	83.031,24	83,03	R$ 28.894,87
192	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	52187516	Dionísio Cerqueira	54.123,44	54,12	R$ 18.834,96
193	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	52412609	Dona Emma	54.378,66	54,38	R$ 18.923,77
194	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12182724	Florianópolis	854.728,39	854,73	R$ 297.445,48
195	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12183011	Florianópolis	53.272,71	53,27	R$ 18.538,90
196	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12183720	Florianópolis	61.780,01	61,78	R$ 21.499,44
197	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12184492	Florianópolis	174.739,93	174,74	R$ 60.809,50
198	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12184522	Florianópolis	62.341,49	62,34	R$ 21.694,84
199	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12185235	Florianópolis	165.143,70	165,14	R$ 57.470,01
200	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12186231	Florianópolis	111.547,71	111,55	R$ 38.818,60
201	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	25618149	Florianópolis	633.640,69	633,64	R$ 220.506,96
202	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	27168809	Florianópolis	73.230,83	73,23	R$ 25.484,33

Pág. 32 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

203	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	29716951	Florianópolis	289.894,74	289,89	R$ 100.883,37
204	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	45283011	Florianópolis	130.501,98	130,50	R$ 45.414,69
205	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	47970504	Florianópolis	59.636,17	59,64	R$ 20.753,39
206	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48231683	Florianópolis	105.541,56	105,54	R$ 36.728,46
207	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12267347	Garopaba	95.911,30	95,91	R$ 33.377,13
208	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48114598	Garopaba	49.818,75	49,82	R$ 17.336,92
209	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12201737	Gaspar	169.023,03	169,02	R$ 58.820,01
210	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12201753	Gaspar	134.551,45	134,55	R$ 46.823,90
211	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12201800	Gaspar	225.698,66	225,70	R$ 78.543,13
212	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12201907	Gaspar	63.124,16	63,12	R$ 21.967,21
213	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	50267067	Guaramirim	156.466,25	156,47	R$ 54.450,26
214	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	45294463	Guarujá Do Sul	70.695,66	70,70	R$ 24.602,09
215	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	26306655	Ibirama	104.333,52	104,33	R$ 36.308,07
216	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12267800	Imaruí	59.942,43	59,94	R$ 20.859,97
217	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12268190	Imbituba	53.664,05	53,66	R$ 18.675,09
218	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12273207	Imbuia	77.807,76	77,81	R$ 27.077,10
219	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	52162556	Indaial	92.712,55	92,71	R$ 32.263,97
220	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48120237	Irani	64.519,36	64,52	R$ 22.452,74
221	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12283636	Itaiópolis	28.737,66	28,74	R$ 10.000,70
222	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12291965	Itajaí	135.266,06	135,27	R$ 47.072,59
223	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12292031	Itajaí	84.613,60	84,61	R$ 29.445,53
224	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12292244	Itajaí	68.687,94	68,69	R$ 23.903,40
225	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	51328205	Itajaí	81.006,51	81,01	R$ 28.190,26
226	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	51328795	Itajaí	74.592,00	74,59	R$ 25.958,02
227	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	51328868	Itajaí	96.387,70	96,39	R$ 33.542,92
228	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	45154238	Itapiranga	149.047,89	149,05	R$ 51.868,67
229	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12213832	Jaraguá Do Sul	70.882,82	70,88	R$ 24.667,22
230	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	45262359	Jaraguá Do Sul	107.123,92	107,12	R$ 37.279,12
231	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48940536	Jaraguá Do Sul	139.536,73	139,54	R$ 48.558,78
232	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12207611	Joinville	111.922,03	111,92	R$ 38.948,87
233	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12207654	Joinville	410.630,33	410,63	R$ 142.899,36
234	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12208480	Joinville	257.039,55	257,04	R$ 89.449,76
235	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	25188446	Joinville	145.134,53	145,13	R$ 50.506,82
236	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	27819966	Joinville	198.577,39	198,58	R$ 69.104,93
237	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	28184158	Joinville	133.955,94	133,96	R$ 46.616,67
238	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	50155862	Joinville	203.664,75	203,66	R$ 70.875,33
239	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	50158748	Joinville	209.262,55	209,26	R$ 72.823,37
240	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12216270	Lages	62.885,96	62,89	R$ 21.884,31
241	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12216734	Lages	61.694,94	61,69	R$ 21.469,84
242	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12216777	Lages	98.973,92	98,97	R$ 34.442,93
243	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12216980	Lages	203.579,68	203,58	R$ 70.845,73
244	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12216998	Lages	231.551,68	231,55	R$ 80.579,98

Pág. 33 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

245	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	24222454	Lages	61.558,82	61,56	R$ 21.422,47
246	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12264526	Laguna	104.248,45	104,25	R$ 36.278,46
247	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12264674	Laguna	97.884,99	97,88	R$ 34.063,98
248	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12264712	Laguna	82.265,59	82,27	R$ 28.628,42
249	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	23167417	Laguna	97.680,81	97,68	R$ 33.992,92
250	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	32267785	Laguna	71.410,27	71,41	R$ 24.850,77
251	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	27807232	Lontras	94.805,35	94,81	R$ 32.992,26
252	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	40682740	Luzerna	69.113,30	69,11	R$ 24.051,43
253	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	52475430	Mafra	56.522,50	56,52	R$ 19.669,83
254	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12252749	Maravilha	86.178,94	86,18	R$ 29.990,27
255	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	49109253	Massaranduba	182.158,30	182,16	R$ 63.391,09
256	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12245220	Monte Carlo	47.947,14	47,95	R$ 16.685,60
257	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12285094	Monte Castelo	39.627,00	39,63	R$ 13.790,20
258	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12294751	Navegantes	158.133,68	158,13	R$ 55.030,52
259	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12294760	Navegantes	128.034,86	128,03	R$ 44.556,13
260	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12294808	Navegantes	33.859,05	33,86	R$ 11.782,95
261	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	51328884	Navegantes	236.775,16	236,78	R$ 82.397,76
262	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12192347	Palhoça	150.221,90	150,22	R$ 52.277,22
263	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12192401	Palhoça	49.138,16	49,14	R$ 17.100,08
264	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12192487	Palhoça	145.815,11	145,82	R$ 50.743,66
265	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12192495	Palhoça	118.302,51	118,30	R$ 41.169,27
266	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12192576	Palhoça	87.948,46	87,95	R$ 30.606,07
267	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12192754	Palhoça	70.984,91	70,98	R$ 24.702,75
268	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	21207586	Palhoça	166.368,75	166,37	R$ 57.896,33
269	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	49385544	Palhoça	144.998,41	145,00	R$ 50.459,45
270	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	56257292	Palhoça	71.648,48	71,65	R$ 24.933,67
271	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12253729	Palmitos	132.815,96	132,82	R$ 46.219,95
272	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12264917	Pescaria Brava	53.272,71	53,27	R$ 18.538,90
273	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48173195	Piratuba	61.201,51	61,20	R$ 21.298,13
274	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12302487	Quilombo	146.818,98	146,82	R$ 51.093,00
275	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12227388	Rio Das Antas	53.306,74	53,31	R$ 18.550,75
276	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12269455	Rio Do Sul	58.462,16	58,46	R$ 20.344,83
277	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12269749	Rio Do Sul	48.831,90	48,83	R$ 16.993,50
278	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48069959	Rio Dos Cedros	124.836,11	124,84	R$ 43.442,97
279	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	30540476	Rio Negrinho	37.313,02	37,31	R$ 12.984,93
280	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12224516	Rio Rufino	60.180,64	60,18	R$ 20.942,86
281	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12222220	Santa Cecília	45.599,13	45,60	R$ 15.868,50
282	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12289030	São Bento Do Sul	88.833,22	88,83	R$ 30.913,96
283	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	45175634	São Bento Do Sul	106.579,45	106,58	R$ 37.089,65
284	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12212097	São Francisco Do Sul	125.108,35	125,11	R$ 43.537,70
285	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12262302	São João Do Oeste	78.828,64	78,83	R$ 27.432,37
286	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12219431	São Joaquim	56.165,19	56,17	R$ 19.545,49

Pág. 34 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

287	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	42845736	São Joaquim	90.024,24	90,02	R$ 31.328,44
288	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	44804867	São Joaquim	66.288,88	66,29	R$ 23.068,53
289	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	44804999	São Joaquim	71.886,68	71,89	R$ 25.016,57
290	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12190549	São José	107.515,25	107,52	R$ 37.415,31
291	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12190654	São José	188.947,12	188,95	R$ 65.753,60
292	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12191065	São José	118.523,70	118,52	R$ 41.246,25
293	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12191308	São José	122.300,94	122,30	R$ 42.560,73
294	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	27501818	São José	143.909,48	143,91	R$ 50.080,50
295	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12219105	São José Do Cerrito	288.482,53	288,48	R$ 100.391,92
296	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12305222	São Lourenço Do Oeste	132.203,44	132,20	R$ 46.006,80
297	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12250932	São Miguel Do Oeste	154.849,87	154,85	R$ 53.887,75
298	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12251319	São Miguel Do Oeste	405.611,03	405,61	R$ 141.152,64
299	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12249764	Sombrio	80.308,91	80,31	R$ 27.947,50
300	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	28814755	Sombrio	134.381,30	134,38	R$ 46.764,69
301	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	46527755	Taió	33.195,48	33,20	R$ 11.552,03
302	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12194846	Tijucas	159.188,59	159,19	R$ 55.397,63
303	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	46092341	Timbó	301.056,32	301,06	R$ 104.767,60
304	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12263198	Tubarão	60.929,28	60,93	R$ 21.203,39
305	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12263392	Tubarão	112.653,66	112,65	R$ 39.203,47
306	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	25623088	Tubarão	220.798,45	220,80	R$ 76.837,86
307	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	28463405	Tubarão	130.774,21	130,77	R$ 45.509,42
308	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	19861708	União Do Oeste	45.428,98	45,43	R$ 15.809,28
309	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	12220154	Urubici	43.948,71	43,95	R$ 15.294,15
310	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da educacao	48074251	Videira	50.397,24	50,40	R$ 17.538,24
311	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da fazenda	25957962	Florianópolis	790.021,87	790,02	R$ 274.927,61
312	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da fazenda	42496650	Itajaí	120.684,55	120,68	R$ 41.998,22
313	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da fazenda	19769631	Joinville	178.278,97	178,28	R$ 62.041,08
314	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da fazenda	22870890	Tubarão	33.808,01	33,81	R$ 11.765,19
315	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado da industria do comercio e do servico	45312151	Florianópolis	103.669,95	103,67	R$ 36.077,14
316	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado de infraestrutura e mobilidade	21983233	Florianópolis	124.393,73	124,39	R$ 43.289,02
317	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado de infraestrutura e mobilidade	22513230	Florianópolis	134.534,44	134,53	R$ 46.817,98
318	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado de infraestrutura e mobilidade	25739817	Florianópolis	731.270,46	731,27	R$ 254.482,12
319	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado de infraestrutura e mobilidade	26630347	Florianópolis	388.273,15	388,27	R$ 135.119,06
320	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado de infraestrutura e mobilidade	26630355	Florianópolis	567.368,82	567,37	R$ 197.444,35
321	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado de infraestrutura e mobilidade	26961459	Florianópolis	0,00	0,00	R$ 0,00
322	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado do desenvolvimento social	28077955	Florianópolis	160.107,38	160,11	R$ 55.717,37
323	Secretaria	1	Não se aplica	secretaria de estado do desenvolvimento social	12192339	Palhoça	181.239,51	181,24	R$ 63.071,35
324	Fundação	2	SEA 22537/2025	FCC - Biblioteca Pública de SC	12182708	Florianópolis	168.771,94	168,77	R$ 58.732,64
325	Fundação	2	SEA 22537/2025	FCC - Centro Integrado de Cultura - SIC	25480236	Florianópolis	1.061.378,05	1.061,38	R$ 369.359,56
326	Fundação	2	SEA 22538/2025	FCEE	30405994	São José	575.650,00	575,65	R$ 200.326,20
327	Autarquia	3	SEA 22530/2025	IMA/SC - Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	23939673	Florianópolis	27.713,87	27,71	R$ 9.644,43
328	Autarquia	3	SEA 22534/2025	IPREV	12182716	Florianópolis	200.000,00	200,00	R$ 69.600,00

Pág. 35 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

329	Autarquia	3	SEA 22534/2025	IPREV	25480252	Florianópolis	380.000,00	380,00	R$ 132.240,00
330	Autarquia	3	SEA 22535/2025	JUCESC	12183291	Florianópolis	98.199,54	98,20	R$ 34.173,44
331	Dependente	4	SEA 22540/2025	CIDASC	25678222	Florianópolis	337.335,00	337,34	R$ 117.392,58
332	Dependente	4	SEA 22540/2025	CIDASC	45113930	Joinville	48.365,00	48,37	R$ 16.831,02
333	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	26257786	Araranguá	88.756,87	88,76	R$ 30.887,39
334	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25892763	Caçador	222.915,17	222,92	R$ 77.574,48
335	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25789881	Chapecó	290.150,11	290,15	R$ 100.972,24
336	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25879627	Chapecó	60.175,27	60,18	R$ 20.940,99
337	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25768531	Concórdia	52.482,16	52,48	R$ 18.263,79
338	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25614852	Florianópolis	144.751,06	144,75	R$ 50.373,37
339	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25641035	Florianópolis	570.681,71	570,68	R$ 198.597,24
340	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	19358763	Itajaí	538.857,03	538,86	R$ 187.522,25
341	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25426150	Ituporanga	94.860,91	94,86	R$ 33.011,60
342	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	45114147	Joinville	41.501,25	41,50	R$ 14.442,44
343	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	12216963	Lages	278.647,95	278,65	R$ 96.969,49
344	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	23315319	São Joaquim	130.011,45	130,01	R$ 45.243,98
345	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25908180	São Joaquim	55.563,01	55,56	R$ 19.335,93
346	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	25798554	Videira	197.499,83	197,50	R$ 68.729,94
347	Dependente	4	SEA 22541/2025	EPAGRI	26703859	Videira	51.242,03	51,24	R$ 17.832,23
348	Portos	5	SEA 22549/2025	PIMB - Porto de Imbituba	12354410	Imbituba	1.850.000,00	1.850,00	R$ 643.800,00
349	Portos	5	SEA 22549/2025	PIMB - Porto de Imbituba	12354339	Laguna	1.022.614,00	1.022,61	R$ 355.869,67
350	Portos	5	SEA 22547/2025	PSFS - Porto de São Francisco do Sul	12352522	São Francisco Do Sul	3.428.988,00	3.428,99	R$ 1.193.287,82
351	Portos	5	SEA 22547/2025	PSFS - Porto de São Francisco do Sul	20327367	São Francisco Do Sul	1.098.295,00	1.098,30	R$ 382.206,66
352	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	42852759	Abelardo Luz	315.543,00	315,54	R$ 109.808,96
353	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12334958	Água Doce	263.019,00	263,02	R$ 91.530,61
354	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28233132	Anchieta	428.562,00	428,56	R$ 149.139,58
355	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	7884486	Apiúna	105.914,00	105,91	R$ 36.858,07
356	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	47640350	Araquari	171.010,00	171,01	R$ 59.511,48
357	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	58798738	Araquari	469.274,00	469,27	R$ 163.307,35
358	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	20388005	Arroio Trinta	325.578,00	325,58	R$ 113.301,14
359	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	21792438	Ascurra	1.097.372,00	1.097,37	R$ 381.885,46
360	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	22235613	Balneário Barra Do Sul	321.908,00	321,91	R$ 112.023,98
361	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	55385203	Balneário Barra Do Sul	372.515,00	372,52	R$ 129.635,22
362	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	57150165	Balneário Barra Do Sul	87.993,00	87,99	R$ 30.621,56
363	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25619404	Balneário Piçarras	2.129.806,00	2.129,81	R$ 741.172,49
364	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54057350	Balneário Piçarras	620.271,00	620,27	R$ 215.854,31
365	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54395728	Balneário Piçarras	76.627,00	76,63	R$ 26.666,20
366	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54396147	Balneário Piçarras	76.371,00	76,37	R$ 26.577,11
367	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	31303974	Barra Velha	2.764.600,00	2.764,60	R$ 962.080,80
368	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	58411663	Barra Velha	338.551,00	338,55	R$ 117.815,75
369	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12312822	Biguaçu	944.896,00	944,90	R$ 328.823,81
370	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	39420	Braco Do Norte	289.996,00	290,00	R$ 100.918,61

Pág. 36 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

371	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	48518	Braco Do Norte	871.890,00	871,89	R$ 303.417,72
372	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25945905	Caibi	1.373.886,00	1.373,89	R$ 478.112,33
373	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28246420	Campo Erê	234.812,00	234,81	R$ 81.714,58
374	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28248822	Campo Erê	340.053,00	340,05	R$ 118.338,44
375	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12344252	Canoinhas	549.388,00	549,39	R$ 191.187,02
376	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	27669638	Canoinhas	2.101.898,00	2.101,90	R$ 731.460,50
377	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	50333590	Canoinhas	275.653,00	275,65	R$ 95.927,24
378	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26859980	Catanduvas	644.113,00	644,11	R$ 224.151,32
379	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	19673545	Chapecó	970.921,00	970,92	R$ 337.880,51
380	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	19842746	Chapecó	12.111.605,00	12.111,61	R$ 4.214.838,54
381	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25443780	Chapecó	883.570,00	883,57	R$ 307.482,36
382	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25886739	Chapecó	4.442.838,00	4.442,84	R$ 1.546.107,62
383	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	31066573	Chapecó	1.716.602,00	1.716,60	R$ 597.377,50
384	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	43440993	Chapecó	168.656,00	168,66	R$ 58.692,29
385	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	53765360	Chapecó	295.685,00	295,69	R$ 102.898,38
386	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	53765599	Chapecó	40,00	0,04	R$ 13,92
387	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	57927380	Chapecó	7,00	0,01	R$ 2,44
388	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	58003328	Chapecó	1.976,00	1,98	R$ 687,65
389	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	22294830	Coronel Freitas	256.649,00	256,65	R$ 89.313,85
390	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12330944	Correia Pinto	415.010,00	415,01	R$ 144.423,48
391	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	214329	Criciúma	2.568.517,00	2.568,52	R$ 893.843,92
392	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12335989	Criciúma	1.175.087,00	1.175,09	R$ 408.930,28
393	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12336020	Criciúma	506.208,00	506,21	R$ 176.160,38
394	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12336292	Criciúma	1.478.455,00	1.478,46	R$ 514.502,34
395	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25927630	Criciúma	937.747,00	937,75	R$ 326.335,96
396	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25927710	Criciúma	1.486.890,00	1.486,89	R$ 517.437,72
397	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	30700078	Criciúma	66.995,00	67,00	R$ 23.314,26
398	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	42717282	Criciúma	119.951,00	119,95	R$ 41.742,95
399	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	42828335	Criciúma	747.511,00	747,51	R$ 260.133,83
400	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	43287478	Criciúma	400.797,00	400,80	R$ 139.477,36
401	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	43533991	Criciúma	109.730,00	109,73	R$ 38.186,04
402	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54006357	Criciúma	189.413,00	189,41	R$ 65.915,72
403	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54718640	Criciúma	55.499,00	55,50	R$ 19.313,65
404	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	55319049	Criciúma	143.656,00	143,66	R$ 49.992,29
405	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	58906760	Criciúma	0,00	0,00	R$ 0,00
406	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28249365	Cunha Porã	346.093,00	346,09	R$ 120.440,36
407	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	22673947	Curitibanos	489.654,00	489,65	R$ 170.399,59
408	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25349016	Curitibanos	2.700.355,00	2.700,36	R$ 939.723,54
409	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	53018831	Curitibanos	69.699,00	69,70	R$ 24.255,25
410	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	53445918	Curitibanos	156.211,00	156,21	R$ 54.361,43
411	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	53446396	Curitibanos	112.043,00	112,04	R$ 38.990,96
412	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28251920	Descanso	490.352,00	490,35	R$ 170.642,50

Pág. 37 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

413	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	18696878	Dionísio Cerqueira	1.238.680,00	1.238,68	R$ 431.060,64
414	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	47803586	Dionísio Cerqueira	190.839,00	190,84	R$ 66.411,97
415	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	51765567	Erval Velho	128.994,00	128,99	R$ 44.889,91
416	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12333765	Faxinal Dos Guedes	561.578,00	561,58	R$ 195.429,14
417	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	5389062	Florianópolis	471.460,00	471,46	R$ 164.068,08
418	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12312806	Florianópolis	148.563,00	148,56	R$ 51.699,92
419	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12351097	Florianópolis	9.077.408,00	9.077,41	R$ 3.158.937,98
420	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	18576880	Florianópolis	97.717,00	97,72	R$ 34.005,52
421	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	20663839	Florianópolis	2.470.664,00	2.470,66	R$ 859.791,07
422	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	20664703	Florianópolis	984.547,00	984,55	R$ 342.622,36
423	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	21627992	Florianópolis	250.804,00	250,80	R$ 87.279,79
424	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	22425307	Florianópolis	254.727,00	254,73	R$ 88.645,00
425	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	22939440	Florianópolis	392.982,00	392,98	R$ 136.757,74
426	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	22940333	Florianópolis	236.930,00	236,93	R$ 82.451,64
427	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	23520850	Florianópolis	456.800,00	456,80	R$ 158.966,40
428	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25504615	Florianópolis	2.224.550,00	2.224,55	R$ 774.143,40
429	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25511212	Florianópolis	233.361,00	233,36	R$ 81.209,63
430	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25881494	Florianópolis	4.011.565,00	4.011,57	R$ 1.396.024,62
431	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26032865	Florianópolis	1.197.595,00	1.197,60	R$ 416.763,06
432	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26295360	Florianópolis	131.452,00	131,45	R$ 45.745,30
433	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26340675	Florianópolis	212.979,00	212,98	R$ 74.116,69
434	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26524679	Florianópolis	2.806.305,00	2.806,31	R$ 976.594,14
435	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	27638899	Florianópolis	500.326,00	500,33	R$ 174.113,45
436	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28897600	Florianópolis	137.873,00	137,87	R$ 47.979,80
437	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	29735336	Florianópolis	226.193,00	226,19	R$ 78.715,16
438	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	31348765	Florianópolis	412.970,00	412,97	R$ 143.713,56
439	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	32048463	Florianópolis	1.370.387,00	1.370,39	R$ 476.894,68
440	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	43336096	Florianópolis	1.021.752,00	1.021,75	R$ 355.569,70
441	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	45447863	Florianópolis	145.391,00	145,39	R$ 50.596,07
442	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	47947731	Florianópolis	190.757,00	190,76	R$ 66.383,44
443	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	57203790	Florianópolis	12.692,00	12,69	R$ 4.416,82
444	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	292109	Forquilhinha	225.470,00	225,47	R$ 78.463,56
445	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	32259740	Garopaba	464.429,00	464,43	R$ 161.621,29
446	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	32261256	Garopaba	58.753,00	58,75	R$ 20.446,04
447	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	21134627	Guaraciaba	232.218,00	232,22	R$ 80.811,86
448	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25879686	Guatambu	1.785.742,00	1.785,74	R$ 621.438,22
449	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12341768	Ibirama	128.330,00	128,33	R$ 44.658,84
450	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54330251	Ibirama	89.993,00	89,99	R$ 31.317,56
451	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12321589	Indaial	270.411,00	270,41	R$ 94.103,03
452	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12321767	Indaial	2.979.826,00	2.979,83	R$ 1.036.979,45
453	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	42320668	Indaial	283.431,00	283,43	R$ 98.633,99
454	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54094450	Indaial	51.497,00	51,50	R$ 17.920,96

Pág. 38 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

455	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25850971	Ipira	558.272,00	558,27	R$ 194.278,66
456	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12338988	Iporã Do Oeste	707.658,00	707,66	R$ 246.264,98
457	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	21377058	Ipumirim	203.095,00	203,10	R$ 70.677,06
458	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28250851	Iraceminha	69.440,00	69,44	R$ 24.165,12
459	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	32168833	Itá	0,00	0,00	R$ 0,00
460	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	55085986	Itá	45.352,00	45,35	R$ 15.782,50
461	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12343671	Itaiópolis	514.742,00	514,74	R$ 179.130,22
462	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26197406	Ituporanga	307.292,00	307,29	R$ 106.937,62
463	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26197490	Ituporanga	787.176,00	787,18	R$ 273.937,25
464	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	52587727	Ituporanga	53.957,00	53,96	R$ 18.777,04
465	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12339798	Laguna	470,00	0,47	R$ 163,56
466	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12339917	Laguna	1.398.304,00	1.398,30	R$ 486.609,79
467	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26059631	Laguna	364.192,00	364,19	R$ 126.738,82
468	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	50166171	Laguna	288.989,00	288,99	R$ 100.568,17
469	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	53485855	Lauro Muller	134.876,00	134,88	R$ 46.936,85
470	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	59082494	Lebon Regis	105.726,00	105,73	R$ 36.792,65
471	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12343078	Mafra	71.118,00	71,12	R$ 24.749,06
472	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12343086	Mafra	2.257.664,00	2.257,66	R$ 785.667,07
473	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12343248	Mafra	835.613,00	835,61	R$ 290.793,32
474	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	58103055	Mafra	32.543,00	32,54	R$ 11.324,96
475	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	639320	Maravilha	1.718.169,00	1.718,17	R$ 597.922,81
476	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	41062053	Maravilha	265.472,00	265,47	R$ 92.384,26
477	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28645694	Mondaí	282.513,00	282,51	R$ 98.314,52
478	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12344007	Monte Castelo	389.071,00	389,07	R$ 135.396,71
479	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25750861	Otacílio Costa	763.081,00	763,08	R$ 265.552,19
480	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	51348770	Otacílio Costa	127.920,00	127,92	R$ 44.516,16
481	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12314221	Palhoça	1.034.103,00	1.034,10	R$ 359.867,84
482	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12351267	Palhoça	25.685.501,00	25.685,50	R$ 8.938.554,35
483	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28646569	Palma Sola	453.448,00	453,45	R$ 157.799,90
484	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25945743	Paraíso	1.294.422,00	1.294,42	R$ 450.458,86
485	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	31540194	Paraíso	126.998,00	127,00	R$ 44.195,30
486	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	518964	Pinhalzinho	6.695,00	6,70	R$ 2.329,86
487	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	932329	Pinhalzinho	1.899.424,00	1.899,42	R$ 660.999,55
488	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25886992	Pinhalzinho	902.920,00	902,92	R$ 314.216,16
489	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54043520	Piratuba	158.376,00	158,38	R$ 55.114,85

Pág. 39 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

490	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12330189	Ponte Alta	149.593,00	149,59	R$ 52.058,36
491	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	24686507	Ponte Serrada	436.761,00	436,76	R$ 151.992,83
492	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25967119	Quilombo	1.003.794,00	1.003,79	R$ 349.320,31
493	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12341024	Rio Do Sul	896.182,00	896,18	R$ 311.871,34
494	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	23695367	Rio Do Sul	174.340,00	174,34	R$ 60.670,32
495	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25921437	Rio Do Sul	4.523.308,00	4.523,31	R$ 1.574.111,18
496	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54114842	Rio Do Sul	234.254,00	234,25	R$ 81.520,39
497	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	54423489	Rio Do Sul	53.588,00	53,59	R$ 18.648,62
498	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28199198	Romelândia	172.660,00	172,66	R$ 60.085,68
499	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	41477369	Santa Cecília	1.049.324,00	1.049,32	R$ 365.164,75
500	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	19963187	Santo Amaro Da Imperatriz	670.955,00	670,96	R$ 233.492,34
501	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12350708	São Carlos	831.240,00	831,24	R$ 289.271,52
502	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25861949	São Joaquim	988.722,00	988,72	R$ 344.075,26
503	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25862791	São Joaquim	1.144.021,00	1.144,02	R$ 398.119,31
504	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	41831090	São Joaquim	651.817,00	651,82	R$ 226.832,32
505	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	59058542	São Joaquim	208.188,00	208,19	R$ 72.449,42
506	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12312890	São José	100.716,00	100,72	R$ 35.049,17
507	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	22076396	São José	2.435.594,00	2.435,59	R$ 847.586,71
508	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25737377	São José	591.275,00	591,28	R$ 205.763,70
509	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	52718961	São José	127.631,00	127,63	R$ 44.415,59
510	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	26337496	São Lourenço Do Oeste	2.773.257,00	2.773,26	R$ 965.093,44
511	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	28281994	São Lourenço Do Oeste	997.687,00	997,69	R$ 347.195,08
512	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25349822	São Miguel Do Oeste	3.503.226,00	3.503,23	R$ 1.219.122,65
513	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	25946456	São Miguel Do Oeste	411.058,00	411,06	R$ 143.048,18
514	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	56552812	São Miguel Do Oeste	25.007,00	25,01	R$ 8.702,44
515	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	31565758	Seara	1.798.587,00	1.798,59	R$ 625.908,28
516	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	3664	Siderópolis	415.930,00	415,93	R$ 144.743,64
517	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	23214121	Taió	403.357,00	403,36	R$ 140.368,24
518	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	12335636	Vargem Bonita	74.119,00	74,12	R$ 25.793,41
519	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	2492	Xanxerê	2.214.455,00	2.214,46	R$ 770.630,34
520	Independente	6	SEA 22546/2025	CASAN	14644	Xaxim	1.255.633,00	1.255,63	R$ 436.960,28
521	Independente	6	SEA 22539/2025	CIASC	12311672	Florianópolis	24.783,00	24,78	R$ 8.624,48
522	Independente	6	SEA 22539/2025	CIASC	12351143	Florianópolis	2.471.489,00	2.471,49	R$ 860.078,17

Pág. 40 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO I-B
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
DECLARAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO EMPREENDIMENTO

Declaro, sob as penas da lei, que a capacidade de fornecimento de energia elétrica para as unidades consumidoras listadas no anexo XX, bem como o fornecimento do volume em MWh/ano, nas quantidades mínimas relacionadas no Edital e seus documentos vinculantes, será garantida até a efetiva implantação do novo empreendimento.

Declaro, ainda, que o novo empreendimento objeto desta licitação possui projeto técnico compatível com as exigências previstas no edital e seus documentos vinculantes, estando devidamente habilitado junto aos órgãos competentes para sua implementação.

Afirma-se que o empreendimento atende integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos, incluindo licenças ambientais, viabilidade técnica e regulamentar para construção e operação, bem como que possui capacidade produtiva comprovada e compatível com a necessidade global estipulada no edital de XX kWh/ano.

Comprometo-me a executar todas as etapas relativas à implantação da usina conforme especificações, prazos e condições contratuais, garantindo a disponibilidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica na quantidade e características exigidas.

Esta declaração é firmada para fins de habilitação e comprovação da capacidade técnica junto ao processo licitatório.

...../SC, ... de ..... de 2025.

_____

Assinatura
Nome:
Cargo/Função:
RG/Registro:
Matrícula:

Pág. 41 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO I-C
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
PLANO BÁSICO DE MIGRAÇÃO

Requisitos mínimos do documento (conforme figura)



5 Plano de Visitação
6 Avaliação da Infraestrutura
7 Regularização contratual
8 Sincronização de contratos
9 Adequação da Infraestrutura
10 Definição de volumes
11 Renúncia do Contrato Anual
12 Adesão à CCEE
13 Gestão das UCs Migradas

Pág. 42 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO I-D
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
DOCUMENTO DE MODELAGEM E DIRETIVAS CONTRATUAIS

Documento de Modelagem e Diretivas Contratuais

Objeto contratual:

O objeto contratual concebe uma contratação complexa formada por dois objetos: (a) migração das unidades consumidoras do Estado ao mercado livre de energia e suprimento da demanda energética destas; e (b) construção de um Empreendimento de Geração de Energia Renovável preferencialmente em região do Estado de Baixo IDH ("Novo Empreendimento").

Obrigações imediatas da Contratada:

Celebrado o contrato, surgem duas obrigações para a contratada:

a) apresentar ao Estado de Santa Catarina o Plano Básico de Migração (PBM) em até 30 dias, com prazo de execução de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato, devendo iniciar o suprimento de energia elétrica às Unidades Consumidoras no Estado no prazo de 30 dias a contar da implementação do PBM (Cláusulas 2.1.4 e 2.1.5 da Minuta de Contrato)[1];

   i) No prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do Contrato, será realizado o adiantamento de 1% do valor anual estimado da fatura de energia elétrica para implementação do Plano Básico de Migração (PBM) (Cláusula 4.4);
   ii) O valor adiantado será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e abatido dos valores futuramente repassados à Contratada para pagamento do custo de geração de energia elétrica(Cláusula 4.5).

b) no prazo de 36 meses, concluir a construção e iniciar a operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável conforme especificidades estabelecidas no edital e documentação que instrui o processo administrativo de contratação (Cláusula 2.1.6).
   i) No prazo máximo de 30 dias da assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar aos Contratantes documento contendo as informações relevantes acerca do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável a ser implantado, incluindo, no mínimo, a localização, as características técnicas, a capacidade de geração prevista, bem como o cronograma estimado de implantação e entrada em operação comercial (Cláusula 2.1.7.4)

Na execução do Contrato, a Contratada tem a obrigação de ajustar o fornecimento de energia para acompanhar exatamente o consumo real das unidades consumidoras (Cláusulas 5.1.4 e 5.2.4).

Reduções ou acréscimos que excedam 10% do volume total anual consumido deverão ser informados pelos Contratantes à Contratada com 120 dias de antecedência, prazo a partir do qual a

[1] As referências à cláusulas neste documento tem como objeto cláusulas da minuta de contrato que segue anexa ao Edital .

Pág. 43 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

energia deverá ser fornecida.

Fundamento da contratação conjunta:

No "Período de Suprimento Pré-operacional" – período entre a apresentação do PBM ('a' acima) e o início da operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável ('b' acima) – a Contratada deverá, diretamente ou por intermédio de terceiro, adquirir energia proveniente de fonte renovável no mercado livre para atender a demanda das unidades consumidoras vinculadas ao Contrato.

A responsabilidade pela aquisição de energia permanece após a conclusão do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável nas hipóteses em que a geração não for suficiente para atender a demanda das unidades consumidoras ou outras questões inviabilizam o atendimento da demanda existente, a exemplo de eventos de restrição involuntária.

Implantado e em operação o Novo Empreendimento, preferencialmente a energia fornecida aos Contratantes será dele proveniente.

Em razão da modelagem adotada, não haverá qualquer pagamento à Contratada durante a construção do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável.

Nenhum pagamento será devido à Contratada previamente ao início do fornecimento de energia elétrica, ressalvado o adiantamento para viabilizar a implementação do Plano Básico de Migração (PBM). Os pagamentos serão devidos à medida e na extensão que ocorrer o fornecimento de energia elétrica.

Admite-se que o Novo Empreendimento somente gerará receita após o início das operações e com a efetiva geração de energia elétrica. Todavia, no período em que precede a entrada em operação do ativo é que se concentram parcela substancial dos investimentos e que se concebe a modelagem financeira que viabiliza a sua implantação.

Segundo dados do Centro de Pesquisas do Public-Private Partnership (PPP) do Banco Mundial, empreendimentos de infraestrutura de grande porte em países em desenvolvimento como o Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável ordinariamente possuem uma relação dívida/recursos próprios de 80/20 ou 70-30[23].

Admitindo-se o percentual mais baixo (70% de dívida), qualquer Contratada terá de contrair empréstimo de elevado valor. Caso dependa integralmente de patrimônio próprio que já possui para viabilizar a operação, isso restringe substancialmente o rol de potenciais participantes na

---

[2] https://ppp.worldbank.org/financing/issues-in-project-financed-transactions

[3] Debt-Equity (D/E) Ratio
The actual agreed debt-to-equity ratio will be the result of a compromise between the project company and the lenders, based on the overall risk to be borne by the lenders, the project risk generally, the nature of the project, the identity of the sponsors, the industrial sector and technology involved, the value of the project and the nature of the financial markets. For example, debt-to-equity ratios for power projects in developing countries tend to be in the order of 80:20 to 70:30, while other projects with higher market risks may not exceed 60-65 per cent. debt.

Pág. 44 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

medida em que a competição estaria restrita a empresas já consolidadas e grandes investidores.

A inserção da migração das unidades consumidoras do mercado regulado para o mercado livre e o fornecimento imediato de energia às unidades consumidoras dos Contratantes no escopo contratual gera receitas à Contratada tão logo inicie o fornecimento de energia após a celebração do contrato e permite que ela utilize o contrato celebrado como instrumento para lastrear a contratação da dívida necessária para implantar o empreendimento.

O modelo contratual persegue a ampliação da competitividade, pois permite que novos investidores e empreendedores captem recursos para financiar seus projetos com base na receita previsível gerada pelo contrato pelo fornecimento de energia elétrica no Período de Suprimento Pré-operacional.

A previsibilidade e relativa certeza da receita e o lastro contratual reduzem o risco percebido pelos financiadores, o que pode resultar em custos de dívida mais baixos e acesso a prazos mais longos. Além disso, tende a ampliar o número de potenciais participantes, o que tende a gerar uma proposta mais vantajosa aos Contratantes idônea para a produção de economias que excedam aquelas inicialmente estimadas.

Como mecanismos de mitigação de riscos, foi exigida Garantia de Habilitação (Cláusula 12.1.1) e Garantia de Execução (Cláusula 12.1.2). Aquela busca afastar do certame potenciais fornecedores que não tenham mínimas condições organizacionais para executar o objeto contratual; esta última foi concebida para garantir a adequada execução do objeto por aquele que apresentar a melhor proposta e salvaguardar os Contratantes de eventuais falhas na execução do Contrato.

Fundamento para a realização da partilha do excedente econômico apurado na Revisão Quadrienal e no Adiantamento de excedente extraordinário de economia energética.

Deliberação tomada em reunião ordinária do Grupo Gestor do Governo determinou que “o percentual mínimo do excedente econômico a ser partilhado admitido será de 15%”.

A adoção de partilha do excedente econômico apurado em contratos de desempenho ou contratos de eficiência está alinhada à lógica da Lei 14.133/2021, que prestigia modelos de remuneração variável associados ao critério de “maior retorno econômico” e ao incremento comprovado de eficiência.

Nesses contratos, a remuneração não é paga pela simples execução de meios, mas sim pelo resultado econômico imediato e mediato efetivamente obtido em favor da Administração, de modo que a forma de repartição dos ganhos deve refletir um equilíbrio entre a preservação do interesse público e a necessidade de conferir incentivos reais ao particular para investir, inovar e assumir riscos.

A divisão do excedente — isto é, do ganho que superar a economia mínima contratualmente exigida com base no deságio tratado na Cláusula 2.1.11 — reconhece que o resultado extraordinário decorre de um esforço conjunto: de um lado, a base de consumo e o poder de compra do ente público; de outro, o know-how técnico, a capacidade de gestão, a tecnologia, os investimentos e o risco econômico assumido pela contratada.

Pág. 45 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

A repartição do excedente funciona como mecanismo de alinhamento de incentivos, pois sinaliza ao particular que qualquer ganho adicional produzido além da meta mínima será também apropriado por ele em proporção relevante, o que estimula a busca por soluções mais eficientes e inovadoras.

A doutrina sobre contratos de eficiência enfatiza que a remuneração variável deve ser suficientemente atrativa para assegurar a competição e a qualidade das propostas, sem comprometer a economicidade global da contratação, e a repartição sobre o ganho extraordinário se apresenta como ponto de equilíbrio entre esses vetores[4].

O modelo favorece a transparência, a objetividade e a segurança jurídica, pois a regra de divisão do excedente é simples, facilmente compreensível e auditável, o que facilita sua justificativa técnica no processo administrativo e sua verificação por controles interno e externo.

Sob a ótica administrativa, o modelo proposto (i) preserva a economia mínima exigida contratualmente; (ii) reparte apenas o ganho que exceder esse patamar, garantindo que o interesse público seja o principal beneficiário; e (iii) cria incentivos econômicos adequados para maximizar o retorno global da contratação, em aderência aos objetivos de eficiência e de maior retorno econômico previstos na Lei 14.133/2021.

Por fim, o contrato em análise apresenta uma peculiaridade que demanda atenção, qual seja, a necessidade de expressivo investimento privado na construção do Novo Empreendimento.

Considerando que a responsabilidade pela realização do empreendimento é da Contratada, incluindo a captação dos recursos financeiros necessários, foi estabelecido um percentual mínimo de partilha do excedente admitido, de modo a garantir que as licitantes possam efetuar seus cálculos e apresentar propostas que viabilizem o cumprimento do objeto contratual, assegurando, ainda, a viabilidade econômica e financeira do empreendimento.

Expectativas geradas com a contratação:

A contratação tem como objetivos imediatos:

a) redução no custo da energia gerada, refletindo-se diretamente na fatura de energia elétrica dos contratantes;
b) transição da matriz energética do Estado, com foco na descarbonização e no aumento da participação de fontes renováveis;
c) adesão à prática largamente difundida de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o mercado livre, em cumprimento àquilo que estabelece o art. 40, inc. I, da Lei nº 14.133/2021.

De forma mediata, a contratação:

a) fomenta a relação entre o setor público e a iniciativa privada;
b) prestigia investimentos em localidades do Estado de Santa Catarina cujos índices de

[4] "O CONTRATO DE EFICIÊNCIA: EVOLUÇÃO JURÍDICA DO INSTITUTO E MAIOR APLICABILIDADE COM A LEI No 14.133/2021" por Ronny Charles Lopes de Torres Roberto Paulino Paulo Neto.

Pág. 46 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

desenvolvimento humano estão abaixo da média estadual;

c) tende a gerar distintas externalidades positivas relacionadas ao elevado montante de investimentos a serem realizados na construção; e

d) amplia e melhora o perfil de produção de energia elétrica no Estado de Santa Catarina.

Especificidades contratuais

O Contrato concebe algumas cláusulas excepcionais e que são motivadas pela natureza e complexidade do seu objeto:

a) Reconhecimento da mora no período previsto no inc. IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 141.33/2021, com a incidência da Taxa Selic *pro rata die* (Cláusula 9.6);

b) Necessidade de apresentação de Plano de Rescisão Contratual, a ser concluído no prazo máximo de 180 dias, período durante o qual os serviços essenciais deverão continuar sendo prestados(Cláusula 19.2);

c) Possibilidade de continuidade da execução do objeto contratual por 90 dias nos casos de rescisão não planejada até que seja promovida a contratação ou designação de novo fornecedor(Cláusula 19.5);

d) Necessidade de que variações no consumo de energia elétrica que excedam 10% do volume total anual consumido sejam informados com 120 dias de antecedência(Cláusulas 5.1.4.2 e 5.2.4.2).

O item 'a' opera como mecanismo de mitigação de risco da Contratada. Empreendimentos dessa natureza exigem elevado desembolso de capital inicial (Capex) e não dispõem, via de regra, de caixa suficiente para suportar longos prazos de inadimplência. A incidência da Taxa Selic *pro rata die*, inclusive durante o período legalmente previsto no inciso IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, visa preservar o equilíbrio econômico-financeiro e mitigar riscos e consequências decorrentes de atraso no pagamento.

Os valores que deverão ser repassados mensalmente à Contratada em muito excedem a remuneração que a ela será devida, pois englobam custo da geração, transmissão, distribuição, encargos setoriais e demais rubricas que componham a fatura de energia elétrica (Cláusula 6.1).

O inadimplemento dos Contratantes pelo prazo legal admitido sem qualquer consequência jurídica pode comprometer a manutenção da execução contratual, inclusive ensejando risco de desequilíbrio econômico-financeiro ou de insolvência da contratada, a depender da estrutura de capital por ela adotada e do estágio contratual em que ocorre o inadimplemento.

Empreendimentos dessa natureza reclamam a existência de um ajuste fino entre entradas e saídas de caixa, o que sugeriria a renúncia ou declaração prévia de não exercício da prerrogativa prevista no inc. IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 14133/2021.

Ambas as propostas, porém, podem gerar discussões jurídicas e por tal razão optou-se por

Pág. 47 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

determinar a incidência da Taxa Selic inclusive no período legalmente previsto. Eventuais prejuízos adicionais resolvem-se segundo as normas ordinárias aplicáveis às perdas e danos, incluída a necessidade de comprovação.

Os itens 'b' e 'c' são motivados pela complexidade e dimensão do contrato em discussão. Trata-se de um serviço essencial, que será implantado em elevado número de unidades consumidoras e reclama distintas adequações contratuais, de infraestrutura e técnicas para sua implementação.

Todas essas intervenções exigem um prazo para que sejam avaliadas e concluídas e a rescisão contratual rompe com o modelo até então vigente: também na rescisão exige-se um prazo de adequação, seja para manutenção do modelo vigente ou para eleição de outro a ser adotado. Visto isso, na rescisão contratual será exigida um prazo durante o qual os serviços essenciais do contrato devem continuar a ser executados, até que sejam feitas as adaptações necessárias para a continuidade da prestação do serviço pelo novo fornecedor (observados os prazos definidos nas Cláusulas 19.2 e 19.5)

O item 'd' também opera como um mecanismo de mitigação de risco contratual e reflete uma dinâmica do mercado de energia. A instrução administrativa estima o consumo anual médio das unidades consumidoras aderentes. No Plano Básico de Migração, essa análise será aprofundada e se espera que as partes consigam definir, com algum grau de precisão, o volume anual da energia elétrica a ser fornecida/consumida.

Na posse de tais informações, a Contratada celebrará contratos de compra e venda de energia no mercado livre para atender a demanda dos Contratantes. Tais contratos contém preços de geração e prazos de vigência distintos, o que tende a resultar em valores ponderados equivalentes àqueles praticados pelos demais atores do mercado. A realidade mercadológica resultará num cenário em que ela estará "contratada" para o fornecimento de determinada demanda de energia elétrica por determinado período (102% do estimado para o período de 3 meses, por exemplo)

O conceito de "sazonalidade" reflete a capacidade de ajustar o volume de energia contratada ao longo do ano, acompanhando os picos e quedas do consumo da empresa. A ausência de qualquer limite para a flutuação do volume de energia consumida em dado período mostra-se pertinente, mas sua operacionalização é bastante complexa e essa complexidade ordinariamente é refletida na precificação pelo componente adicional de risco dela derivado.

Dada a necessidade de redução dos riscos envolvidos na contratualização – e também a circunstância pouco provável de um aumento súbito e repentino no consumo de energia –, o contrato prescreve que reduções ou incrementos que excedem 10% do volume total anual estimado de consumo de energia elétrica devem ser informados à Contratada com 120 dias de antecedência.

O prazo foi concebido para que a Contratada possa realizar os necessários ajustes de infraestrutura e adequar sua realidade de energia contratada à nova demanda dos Contratantes.

Bens a serem incorporados

Pág. 48 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

Para os fins deste contrato, o Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável é qualificado como benfeitoria, reversível aos Contratantes ao término da relação contratual. A reversão não importará em qualquer pagamento residual ou compensação à Contratada.

Admite-se que os Contratantes optem pela não reversão de tal bem, se a reversão não se mostrar adequada ao interesse público. A opção independe da anuência da Contratada.

A implantação e início da operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável é condição imprescindível para o adimplemento contratual (Cláusula 2.1.2). Todavia, a concepção, realização dos investimentos necessários, implantação e operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável é de responsabilidade integral da Contratada, sem qualquer ingerência do Estado Contratante, atendidas as regras estabelecidas em edital.

O interesse do Estado de Santa Catarina na construção do empreendimento justifica-se pela melhoria da infraestrutura estadual, pela adesão do equipamento ao Programa Energia Boa, pelas externalidades positivas que se espera que ele produza e pelos benefícios e impactos sociais e regionais que ele gera.

Para os fins do Contrato, também se consideram benfeitorias todas as intervenções de natureza física e lógica necessárias utilizadas para a migração do mercado regulado para o mercado livre (Cláusula 2.1.8).

Essas benfeitorias serão custeadas pela Contratada e, na condição em que se encontrarem na resolução do contrato, reverterão ao patrimônio da Administração Pública sem qualquer espécie de compensação à Contratada.

Da Modelagem Contratual e da Revisão Quadrienal

A Contratada deverá oferecer proposta que será adotada para definir o percentual de deságio utilizado para estabelecer a paridade entre o custo da geração de energia elétrica no mercado regulado e o equivalente do mercado livre e o percentual de desconto a ser adotado na equação prevista na Cláusula 2.1.10.

Admita-se que a Contratada proponha o deságio de 15% do preço de geração no mercado livre em comparação ao mercado regulado. Arbitrado que o custo da geração de energia elétrica no mercado regulado é 1,00 R$/kWh, admite-se que no mercado livre o equivalente seria 0,85 R$/kWh.

O modelo contratual toma como base o preço/custo de geração de energia elétrica[5] e a existência de uma relação de paridade entre o preço definido pela Agência Reguladora no mercado regulado e aquele praticado no mercado livre (Cláusula 2.1.11). Essa relação de paridade tem especial importância na revisão quadrienal da vantajosidade do modelo proposto (Cláusula 3.2).

Os Contratantes repassarão à Contratada mensalmente os valores relativos ao custo da geração, transmissão, distribuição, encargos setoriais e demais rubricas que componham a fatura de energia elétrica (Cláusula 6.1).

[5] Toda referência a preço ou custo de geração de energia elétrica também compreende o preço de compra de energia elétrica no mercado livre, nos casos e na parcela em que a energia elétrica não for gerada pela Contratada.

Pág. 49 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

O valor devido pelo custo de geração de energia elétrica será o valor praticado no mercado regulado (Cláusulas 2.1.9 e 2.1.9.1), com a aplicação do desconto fornecido pela Contratada no certame licitatório vide explicação da modelagem no Anexo I. (Cláusula 6.1.1).

Exemplo considerado o deságio de 15%:

Item	Simulação do excedente econômico (partilha): análise do ciclo quadrienal, a partir do ano seguinte ao do início da geração de energia da usina eólica. Dados em kWh (R$ 348/MWh = R$ 0,348/kWh)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Cativo	Preço do mercado regulado (CATIVO) - Crescimento de 5% no valor da energia.	R$ 0,3480	R$ 0,3654	R$ 0,3837	R$ 0,4029
P1	Preço da oferta de geração de energia (desconto mínimo, 15% do CATIVO).	R$ 0,2958	R$ 0,3106	R$ 0,3261	R$ 0,3424
ACL	Custo real da energia do emprendedor.	R$ 0,2000	R$ 0,2100	R$ 0,2205	R$ 0,2315
E1	Relação entre o preço do mercado regulado e o preço da energia no Ano 1 :E1 = 1 - (ACL/CATIVO).	42,5287%	42,5287%	42,5287%	42,5287%
E2	Se a relação encontrada (E1) for inferior ao desconto mínimo, não há partilha.	Há partilha	Há partilha	Há partilha	Há partilha

Premissas

- Preço de geração no mercado regulado. Cláusula 2.1.9.
- Preço de geração no mercado regulado. Anos subsequentes: arbitrado aumento de 5%;
- Desconto arbitrado: 15% (mínimo admitido na licitação é 15%);
- Preço de geração com desconto: Preço do mercado regulado, com a aplicação do desconto arbitrado.

A tabela reflete o modelo de precificação da energia gerada e será objeto de avaliação na Aferição Anual da Economia Prevista, concebida para verificar a ocorrência de efetiva economia no custo da geração de energia elétrica. Ela será realizada no mês de janeiro do Ano 2 e avaliará a ocorrência de economia no Ano 1 (Cláusula 6.3.2).

A Aferição Anual da Economia Prevista adota como referência o custo de geração de energia elétrica praticado no mercado regulado (Cláusulas 2.1.9 e 2.1.9.1), com a aplicação do desconto fornecido pela Contratada no certame licitatório (Cláusula 6.1.1).

Se a redução do custo de geração for confirmada com base no desconto proposto, será efetuado à Contratada o pagamento da remuneração variável de performance, cujos valores foram provisionados em todos os meses do ano 1 (Cláusula 6.2).

A Aferição Anual da Economia Prevista **não** é impactada pelo valor efetivo do custo de geração do mercado livre informado pela Contratada (Cláusulas 2.1.10.1 e 10.1.9) ou arbitrado na forma da Cláusula 2.1.10.2.

O custo efetivo da geração de energia no mercado livre é relevante para a apuração do "Adiantamento de excedente extraordinário de economia energética" (Cláusula 6.4), devido nos casos em que o custo efetivo de geração no mercado livre mostrar-se substancialmente abaixo do custo estimado de geração ou da compra de energia.

O percentual de deságio definido na Cláusula 2.1.11 estabelece a relação de paridade

Pág. 50 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

estimada entre o custo de geração de energia elétrica no mercado regulado e o equivalente do mercado livre.

Se a paridade estabelecida entre o custo de geração de energia elétrica no mercado regulado e o equivalente do mercado livre dado o custo efetivo de geração do mercado livre for superior ao dobro daquela estimada na Cláusula 2.1.11, o percentual indicado na Cláusula 2.1.13 do excedente será objeto de partilha extraordinária.

Essa disparidade origina dois mecanismos de partilha do excedente econômico apurado na execução contratual: a revisão quadrienal (Cláusula 3.2) e o Adiantamento de excedente extraordinario de economia energética (Cláusula 6.4)

Ambos os mecanismos somente serão aplicados após a implantação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável e a respectiva entrada em operação (Cláusula 2.1.12). Caso o Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável não entre em operação no prazo máximo de 48 meses, os mecanismos de partilha do excedente serão aplicados ainda que o empreendimento não esteja operacional (Cláusula 2.1.12.3).

O período de carência motiva-se pelas especificidades existentes neste contrato. O benefício [econômico] imediato do contrato é obtido pela migração das unidades consumidoras dos Contratantes ao mercado livre.

Os benefícios mediatos acima descritos [especialmente a melhoria da matriz energética e o desenvolvimento social da região de baixo IDH do Estado] pressupõem ao menos a implantação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável tratado neste Contrato.

Projetos de infraestrutura são caracterizados pela antecipação do investimento necessário (CAPEX) e diluição dos recursos aportados e do retorno financeiro do projeto durante todo o prazo contratual. A modelagem financeira dos primeiros anos em contratos dessa natureza deve contemplar a realidade de que neste período (a) concentram-se praticamente todos os investimentos a serem realizados até a implantação do projeto; e (b) o projeto gera pouca ou nenhuma receita.

Tais peculiaridades justificam a adoção do prazo contratual de 35 anos, período necessário para diluir os investimentos realizados e tornar atrativo o projeto para a iniciativa privada; e a opção de não implementar os mecanismos de partilha do excedente econômico apurado na execução contratual previstos nas Cláusulas 3.2 e 6.4, essa última especialmente relevante para a sustentabilidade dos projetos, dado o alto investimento inicial que ele demanda.

Na tabela exemplificativa acima, no ano 1 o custo anual médio de geração do mercado regulado era de 0,3480 R$/kWH. Admitido o deságio de 15%, o valor estimado do custo anual médio de geração no mercado livre seria de 0,2958 R$/kWH. Admita-se que por uma razão qualquer, em janeiro do ano 2, apurou-se que a média anual do custo efetivo de geração de energia elétrica no ano 1 foi de R$ 0,2000 R$/kWH.

Dado esse valor de R$ 0,2000 R$/kWH e considerado o valor do mercado regulado de 0,3480 R$/kWH, tem-se uma relação de entre eles de 0,5742, que resulta num deságio de

Pág. 51 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

42.5787%, superior ao dobro do deságio proposto (15%)[6].

O percentual indicado na Cláusula 2.1.13 será convertido em R$/kWH, corrigido monetariamente até o momento do consumo e descontado dos pagamentos devidos à Contratada no ano 2. Considerando que a base de cálculo é a média anual dos valores (Cláusula 6.5), o equivalente monetário (R$/kWH) será descontado da fatura de todos os meses do ano 2.

A título de exemplo, a fatura a ser paga no mês de fevereiro do ano 2, reflete o valor faturado relativamente ao mês de janeiro do ano 2. O valor a ser descontado da fatura deve ser corrigido do mês de janeiro do ano 1 até janeiro do ano 2. Aplica-se a mesma lógica para todos os demais meses (Cláusula 6.4.3.1).

O "Adiantamento de excedente extraordinário de economia energética" só será implantado nos casos em que há uma disparidade substancial entre o valor estimado do preço de geração de energia no mercado livre e o preço efetivo praticado. O mecanismo em grande medida é concebido como um adiantamento de uma realidade que será confirmada na revisão quadrienal.

A paridade estabelecida na Cláusula 2.1.11 tem especial relevância para a revisão quadrienal, mecanismo concebido para verificar a vantajosidade do modelo e para permitir a partilha dos resultados que superem as expectativas iniciais em ambos os contratantes.

Esse mecanismo somente incidirá após a implantação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável e a respectiva entrada em operação, respeitado o prazo máximo de 48 meses.

Admita-se que foi proposto o deságio de 15% sobre o custo de geração de energia elétrica no mercado regulado para estabelecer a relação de paridade entre o custo de geração de energia elétrica no mercado regulado e o equivalente do mercado livre. Como dito, admitido que o custo da unidade de geração de energia elétrica no mercado regulado seria 1, estima-se que o custo no mercado livre seria 0,80.

A proposta mínima de deságio admitida na licitação foi de 15%, próxima àquele obtido em estudo elaborado pela Consultoria EY[7], encomendado pela Abraceel, no qual se estima que a abertura do mercado livre a todos os consumidores pode gerar uma economia média de 18% na conta de energia elétrica.

Optou-se pela adoção de uma estimativa conservadora para definir o percentual mínimo de deságio a ser aceito no certame licitatório para definir a relação entre o custo da energia no mercado livre em comparação àquele praticado no mercado regulado pelas seguintes razões:

---

[6] Admite-se que o exemplo reflete um período qualquer de 4 anos, dado que no prazo inicial de 48 meses previsto na Cláusula 2.1.12.3 não será feita qualquer apuração de excedente ao Estado e não será partilhado qualquer valor. Ressalva-se o caso em que a entrada em operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável, na forma da cláusula 2.1.12.2.

[7] https://abraceel.com.br/press-releases/2022/11/conta-de-luz-pode-diminuir-18-caso-empresas-possam-competir-por-consumidores-a-partir-de-2026/

Pág. 52 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

a) a complexidade da operacionalização da migração;
b) elevado número de unidades consumidoras (548);
c) o ineditismo do modelo contratual;
d) a exigência de construção de um empreendimento de infraestrutura de grande porte;
e) a reversibilidade aos Contratantes do novo empreendimento;
f) a reversibilidade aos Contratantes de todas as benfeitorias necessárias para a migração do mercado regulado para o mercado livre;
g) as distintas prerrogativas e privilégios conferidos ao Estado Contratante na relação; e
h) os custos de transação elevados que envolvem contratações públicas motivaram a adoção de uma.

O excerto da planilha abaixo auxilia na compreensão da revisão quadrienal:

Item	Simulação do excedente econômico (partilha): análise do ciclo quadrienal, a partir do ano seguinte ao do início da geração de energia da usina eólica. Dados em kWh (R$ 348/MWh = R$ 0,348/kWh)	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Cativo	Preço do mercado regulado (CATIVO) - Crescimento de 5% no valor da energia.	R$ 0,3480	R$ 0,3654	R$ 0,3837	R$ 0,4029	R$ 0,4230
P1	Preço da oferta de geração de energia (desconto mínimo, 15% do CATIVO).	R$ 0,2958	R$ 0,3106	R$ 0,3261	R$ 0,3424	R$ 0,3595
ACL	Custo real da energia do emprendedor.	R$ 0,2000	R$ 0,2100	R$ 0,2205	R$ 0,2315	R$ 0,2431
E1	Relação entre o preço do mercado regulado e o preço da energia no Ano 1 :E1 = 1 - (ACL/CATIVO).	42,5287%	42,5287%	42,5287%	42,5287%	42,5287%
E2	Se a relação encontrada (E1) for inferior ao desconto mínimo, não há partilha.	Há partilha	Há partilha	Há partilha	Há partilha	Há partilha
E3	Se a relação encontrada (E1) for superior ao desconto mínimo, subtrair do valor encontrado o desconto mínimo: E3 = E1 - desconto mínimo.					27,5287%
E4	O valor devido ao Estado é de, no mínimo, 15% de E3, a título de partilha.					4,1293%
E5	Média aritmética do mercado regulado (CATIVO) de 4 anos (A1, A2, A3 e A4).					R$ 0,3750
E6	O valor de E4 é multiplicado por E5: E6 = E4 * E5. Esse é o crédito, em kWh.					R$ 0,0155
E7	O valor de E7 representa o crédito mensal devido: E7 = E6 x volume em kWh das faturas mensais. Base: 315.148.000 kWh/ano					R$ 406.649
E8	Valor anual da partilha a ser creditada em favor do Estado no próximo ciclo quadrianual, como desconto nas faturas. E8 = E7 x 12					R$ 4.879.791
E9	Valor da fatura da geração de energia: P1 x Volume anual, base 330.000.000 kWh. E9 = P1 x 315.148.000					R$ 113.310.439
E10	Relação entre a partilha e o valor anual da fatura: E10 = E8 / E9					4,31%
E11	A cada fim de ciclo quadrienal, o processo se repete, sempre tomando como base a média do preço do mercado regulado daquele ciclo.					

Premissas

- Preço de geração no mercado regulado: Cláusula 2.1.9.
- Preço de geração no mercado regulado e no mercado livre. Anos subsequentes: arbitrado aumento de 5%;
- Volume de energia consumido em todos os anos do quadriênio seja igual (relevante em razão da eleição da média ponderada no 3.2.3);
- Preços efetivos do mercado livre arbitrados aleatoriamente (“Mercado Livre - Preço Efetivo da Geração”)

O deságio arbitrado para o custo de geração de energia no mercado livre em relação ao mercado regulado será aquele ofertado pela Contratada (2.1.11). Na prática, foram observados valores superiores que os estimados[8].

[8] Admita-se que os dados não refletem o primeiro quadriênio - dada a já mencionada Cláusula 2.1.12.3.

Pág. 53 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

O deságio observado em todos os anos 42,5287%, o que representa um diferencial de O diferencial de paridade foi 27,5287%.

O percentual indicado na Cláusula 2.1.13 será apropriado pelos Contratantes (Cláusula 3.2.3.1), convertido em R$/kWh considerada a média ponderada do preço de geração de energia no mercado regulado no quadriênio anterior (Cláusula 3.2.3.1), atualizado e descontado no quadriênio corrente.

No exemplo acima, no ano 5 foi deflagrada a revisão quadrienal para avaliar o desenvolvimento contratual nos anos 1 a 4. Observou-se que em todos os anos o custo efetivo de geração de energia elétrica no mercado livre foi inferior ao custo estimado, vide os valores da coluna "E1".

O percentual indicado na Cláusula 2.1.13 será convertido em R$/kWh com base na média do preço do mercado regulado observado nos anos 1 a 4 (Cláusula 3.2.3.2). O resultado é o valor previsto na coluna E6, o qual ainda deverá ser atualizado na forma da Cláusula 3.2.4, até a competência do quadriênio em que serão descontados do repasse à Contratada.

Caso a paridade efetiva em um determinado ano seja inferior àquela inicialmente estimada, não será devido à Contratada nenhuma remuneração adicional ou compensação. A relação de paridade inicial representa uma estimativa conservadora de redução do custo de geração da energia elétrica no mercado livre em comparação ao regulado e não uma garantia de retorno à Contratada.

O ponto de equilíbrio da operação não se mede pela relação de paridade estabelecida na Cláusula 2.1.11, mas deve levar em consideração distintas variáveis, em especial o custo efetivo da geração e a previsão de que os mecanismos de partilha do excedente apurado ocorrem em momento temporal posterior àquele em que os recursos foram recebidos pela Contratada.

A modelagem não intervém na estrutura de custos da geração de energia elétrica ou na remuneração variável (por performance) da Contratada, mas tão somente o compartilhamento de parcela do excedente proposto pela Contratada e que obviamente foi considerada por ela análise de viabilidade da proposta e de sustentabilidade do empreendimento.

Além disso, o excedente é partilhado no quadriênio subsequente àquele em que foi apurado. Os pagamentos realizados à empresa consideraram no quadriênio anterior a estimativa inicial do custo de energia no mercado livre e o custo efetivo da geração de energia foi inferior à estimativa.

Em outros termos, o Contrato gerou um resultado adicional àquele estimado pela própria contratada. Os descontos realizados nos pagamentos no quadriênio subsequente em razão da revisão quadrienal recuperam parte dos valores que foram pagos à Contratada no quadriênio anterior.

O compartilhamento do excedente econômico efetivamente apurado é da essência dos contratos de eficiência. A modelagem não concebe a intervenção do Estado na execução contratual pela Contratada ou nas deliberações sociais desta, limitando-se a conferir aos Contratantes as prerrogativas de fiscalização ordinárias em contratos administrativos.

Pág. 54 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

Anexo I

Modelo proposto de julgamento na licitação.

As licitantes deverão apresentar três propostas distintas:

- I – Proposta contendo o percentual de desconto no preço da geração de energia elétrica comparação àquele praticado no mercado regulado, observado que o percentual admitido de economia deverá ser, no mínimo, de 15% (quinze por cento) – P1
    - Esse percentual será utilizado para definição da relação de paridade entre preço/custo de geração de energia elétrica no mercado livre em comparação ao ambiente regulado e definirá o percentual de desconto a ser adotado na equação prevista na Cláusula 2.1.10
- II – Proposta contendo o percentual de remuneração da Contratada sobre a performance apurada, entendida como a economia financeira derivada do percentual indicado em I, observado que tal percentual máximo de remuneração não poderá exceder 30% (trinta por cento) da economia apurada – P2
- III - Proposta contendo o percentual do excedente econômico a ser partilhado, observado que o percentual admitido será de 15% (quinze por cento)".

Do critério de julgamento

Todas as licitantes deverão apresentar as três propostas e será considerada vencedora aquela que apresentar a maior redução líquida total no custo de geração de energia elétrica, admitindo-se que a remuneração variável seja devida no percentual proposto pela Contratada e que o cálculo seja efetuado sobre a base 100.

Fórmula: *DT = 100 x P1 x (1 - P2)*
DT = Desconto Total em %;
Proposta I (P1) → percentual de desconto proposto no custo de geração;
Proposta II (P2) → percentual de remuneração variável de performance proposto;

Exemplo:

a) Proponente 1: Proposta I de 15% e Proposta II de 30%.
b) Proponente 2: Proposta I de 17% e Proposta II de 25%.
c) Proponente 3: Proposta I de 19% e Proposta II de 15%.
d) Proponente 4: Proposta I de 21% e Proposta II de 30%.

Proponente	***P_1***	***P_2***	***Desconto total (em %)***	***Cálculo***

Pág. 55 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

1	*15%*	*30%*	*10,5%*	*100 × 0,15 × (1 - 0,30)*
2	*17%*	*25%*	*12,75%*	*100 × 0,17 × (1 - 0,25)*
3	*19%*	*15%*	*16,15%*	*100 × 0,19 × (1 - 0,15)*
4	*21%*	*30%*	*14,7%*	*100 × 0,21 × (1 - 0,30)*

O Vencedor será o Proponente 3.

Em caso de empate no Desconto Total, prevalecerá aquele que ofertou o maior percentual do excedente econômico a ser partilhado (Proposta III). Em caso de novo empate, será realizado sorteio.

Pág. 56 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO I-E
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
MANUAL DE SOLUÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Eficiência energética em alta tensão é o tema do presente documento, elaborado no âmbito do processo SEA 24927/2025, apresentado em 9 de dezembro de 2025, versão R9. O material tem três objetivos centrais. O primeiro é apresentar as ações tomadas a partir das conclusões do Grupo de Trabalho SEPLAN GT 25. O segundo é apresentar a contratualização de energia limpa, no eixo de geração, no Estado de Santa Catarina, aplicada ao Grupo A, alta tensão, de forma atrelada ao desenvolvimento de região com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. O terceiro é servir de referência aos proponentes na construção de suas propostas.

No âmbito das informações gerais, a política de eficiência energética é estruturada a partir de cronograma próprio e de diretrizes ambientais que consideram dados do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, conforme referência de 2024.

As considerações finais do Grupo de Trabalho SEPLAN GT 25, registradas no processo SGPe SEPLAN 472/2024, indicam a recomendação de que o Estado de Santa Catarina estimule a iniciativa privada a promover investimentos na implantação de usinas de geração de energia limpa em regiões com baixo desenvolvimento econômico, tendo como base a geração eólica. A partir dessa diretriz, foram definidas soluções distintas para os grupos de unidades consumidoras do Estado.

Para o Grupo B, composto por unidades consumidoras atendidas em tensão de até 2,3 kV, a solução definida é voltada às unidades do Estado que integram e utilizam sistemas de geração distribuída da CELESC, com adoção de solução fotovoltaica. Para o Grupo A, composto por unidades consumidoras atendidas em tensões entre 2,3 kV e 44 kV, a proposta consiste na compra de energia no mercado livre, com solução baseada em fonte eólica.

No Grupo B, a solução fotovoltaica é implementada por meio da Secretaria de Estado da Educação. O volume atendido corresponde a 1.036 unidades consumidoras. O custo anual estimado é de R$ 14.481.690. A contratualização envolve sete fazendas solares da CELESC, pelo prazo de até 10 anos, com início em maio de 2025. A economia prevista é de, no mínimo, R$ 1.400.000 por ano, sendo que a economia percebida corresponde a aproximadamente R$ 250.000 por mês.

No Grupo A, a adesão das unidades consumidoras abrange a Administração Direta, a Administração Indireta Dependente e a Administração Indireta Independente. Registra-se que a Fonte 100 é responsável por 139.516 MWh por ano, com custo associado de R$ 48.551.568. O preço de referência da CELESC é de R$ 348,00 por MWh, equivalente a R$ 0,348 por kWh, conforme dados da ANEEL de dezembro de 2025.

As unidades consumidoras do Grupo A estão distribuídas entre secretarias, fundações, autarquias, empresas públicas dependentes, portos e empresas públicas independentes. No total, são 33 organizações, correspondentes a 522 unidades consumidoras, com consumo anual de 315.148.000 kWh, equivalentes a 315.148 MWh, resultando em custo anual estimado de R$ 109.671.504, considerando o valor de R$ 348,00 por MWh.

O edital de licitação tem como objetivo a implantação de um novo empreendimento eólico, instalado em região de baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Estado de Santa

Pág. 57 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

Catarina, de forma cumulada com a migração das unidades consumidoras do Grupo A da Administração Direta, da Administração Indireta Dependente e da Administração Indireta Independente para o mercado livre de energia elétrica. O prazo de execução contratual poderá ser de até 35 anos, nos termos do artigo 110, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021. A remuneração é mista, baseada no melhor preço possível por MWh, de natureza fixa, e em um prêmio de eficiência operacional, de natureza variável para o proponente. Por limitação sistêmica, o preço da licitação é expresso em MWh, considerando que 1 MWh corresponde a 1.000 kWh.

O comparativo de preços entre o mercado cativo e o Ambiente de Contratação Livre indica que a energia eólica apresenta valor de R$ 242,30 por MWh, equivalente a R$ 0,24230 por kWh, e que a energia hidrelétrica apresenta valor de R$ 235,60 por MWh, equivalente a R$ 0,23560 por kWh, conforme leilão dinâmico da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica realizado em novembro de 2025. Em contraste, o preço praticado pela CELESC no mercado cativo é de R$ 348,40 por MWh, equivalente a R$ 0,34840 por kWh, conforme dados da ANEEL de dezembro de 2025.

As premissas do edital de licitação estabelecem que o proponente deve instalar um novo empreendimento eólico em região de baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em Santa Catarina. Para fins de habilitação, o proponente deve apresentar documentos que comprovem a viabilidade ambiental e técnica do empreendimento, incluindo Licença Ambiental Prévia ou Licença Ambiental de Instalação emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, Informe de Acesso ou Parecer de Acesso ao Sistema de Distribuição emitido pela CELESC e Despacho de Registro de Outorga emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

O novo empreendimento eólico deve estar em operação no prazo de 36 meses, prorrogáveis por igual período. O proponente é responsável pela futura migração das unidades consumidoras para o mercado livre de energia elétrica. A conta de energia passa a ser segregada em duas parcelas, uma referente ao novo empreendimento, relativa à geração, e outra referente à distribuidora ou transmissora, no caso a CELESC.

O proponente deve apresentar o Plano Básico de Migração das unidades consumidoras no prazo de até 30 dias, prorrogáveis por igual período. O Plano Básico de Migração deve ser concluído no prazo de até 180 dias, prorrogáveis por igual período.

A oferta do proponente deve ser estruturada com base em três critérios. O primeiro critério corresponde ao percentual de economia no custo da energia elétrica gerada para os contratantes em comparação ao preço praticado no ambiente regulado, sendo exigido percentual mínimo de 15 por cento. O segundo critério corresponde ao percentual de remuneração da contratada sobre a performance apurada, considerada a economia derivada do percentual indicado no primeiro critério, sendo admitido percentual máximo de 30 por cento. A proposta final resulta da soma dos dois critérios, sendo considerada vencedora aquela que apresentar o menor valor. O terceiro critério corresponde ao percentual do excedente econômico a ser partilhado, com percentual mínimo de 15 por cento, sendo utilizado como critério de desempate, vencendo o maior percentual ofertado.

O preço de referência atual é de R$ 348,00 por MWh, aplicado ao volume de 315.148 MWh, resultando em valor anual de R$ 109.671.504, com recursos da Fonte 100 para a Administração Direta e Indireta Dependente e recursos próprios para a Administração Indireta Independente. A proposta mínima estabelece desconto de 15 por cento, resultando em preço de R$ 295,80 por MWh. O prêmio de eficiência pode variar de zero a 30 por cento, o que corresponde ao valor máximo de R$

Pág. 58 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

15,66 por MWh. A proposta final máxima admitida é de R$ 311,44 por MWh, já incluídos todos os custos de geração ou compra, permanecendo a cargo da distribuidora local os custos de transmissão, distribuição e encargos setoriais.

O cronograma de eventos após a assinatura do contrato possui horizonte de até 35 anos. Nos primeiros meses ocorre a execução do Plano Básico de Migração. O fornecimento de energia às unidades consumidoras no Ambiente de Contratação Livre ocorre ao longo de toda a vigência contratual. A implantação do novo empreendimento eólico, compreendendo sua fase de construção, possui limite máximo de 72 meses. A energia elétrica do empreendimento passa a ser fornecida após a entrada em operação da usina. A eficiência é analisada anualmente, podendo ou não ser paga ao proponente.

O Plano Básico de Migração do novo empreendimento eólico tem como objetivo definir um roteiro estratégico para a modernização e a eficiência energética das unidades consumidoras do Grupo A, alta tensão, da Administração Direta, da Administração Indireta Dependente e da Administração Indireta Independente. O prazo de execução varia de zero a 360 dias a partir da assinatura do contrato. O plano é composto por nove etapas. A remuneração para sua implementação corresponde a 1 por cento do valor anual estimado do repasse pelo suprimento de energia elétrica para todas as unidades consumidoras.

O roteiro da migração é composto por três fases distintas, com vistas a garantir uma transição segura e eficiente para o Ambiente de Contratação Livre. A fase de análise e planejamento compreende o plano de visitação das unidades consumidoras, a avaliação da infraestrutura existente, a regularização contratual e a sincronização dos contratos. A fase de execução e transição compreende a adequação física e tecnológica conforme o padrão do mercado livre, a definição dos volumes de energia a contratar, a renúncia dos contratos vigentes e a adesão formal das unidades consumidoras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A fase de gestão das unidades consumidoras migradas compreende o acompanhamento em tempo real do consumo e dos custos, a gestão ativa dos contratos de energia e a elaboração de relatórios de performance e de economia, com pagamento anual da eficiência obtida.

No Ambiente de Contratação Livre, permanece vigente o contrato de uso do sistema de distribuição, com faturamento pela concessionária local relativo à demanda contratada e ao consumo nos períodos de ponta e fora de ponta. Deixa de ser aplicada a bandeira tarifária vinculada à Tarifa de Energia, gerando previsibilidade de consumo e economia ao Estado. A compra de energia renovável incentivada no mercado livre pode gerar descontos mínimos de 50 por cento nos encargos de uso do sistema de distribuição referentes à demanda. O custo da energia é fixado em contratos de longo prazo, reajustados por índices previamente definidos pela ANEEL e pelo IPCA, eliminando a volatilidade de preços.

A nova fatura de geração considera o preço atual de R$ 348,00 por MWh, o desconto mínimo de 15 por cento, o novo preço P1 de R$ 295,80 por MWh e o prêmio de eficiência P2 de R$ 15,66 por MWh. O custo total resulta em R$ 311,46 por MWh. A economia anual estimada com a geração de energia é de R$ 11.515.507,92, correspondente a redução de 10,5 por cento.

O pagamento da eficiência ocorre a partir da análise das faturas. As faturas de geração são pagas mensalmente. O valor da eficiência é provisionado mensalmente, sem desembolso, e, se atendidas as condições contratuais, é pago no mês de janeiro subsequente.

Pág. 59 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

O excedente econômico corresponde a fração financeira a ser paga pelo empreendedor ao Estado, na forma de desconto na fatura, apurada a partir de ciclo de medição de quatro anos. O pagamento ocorre no quinto ano após o início da geração de energia pela usina eólica. O percentual mínimo de partilha é de 15 por cento em favor do Estado. A metodologia de cálculo baseia-se na comparação entre o preço do mercado regulado e o custo real da energia do empreendedor. A medição e o pagamento da partilha ocorrem enquanto o contrato estiver vigente.

Os riscos para o Estado envolvem a volatilidade de preços, mitigada por contratos longos e pré-fixados, o descasamento entre consumo e contrato, mitigado pelo Plano Básico de Migração e pela renegociação, riscos contratuais relacionados à inadimplência ou falência do fornecedor, mitigados por diligência prévia, riscos regulatórios decorrentes de regras adicionais da CCEE e da ANEEL, mitigados por consultoria ou comercializadora, e a possibilidade de reversibilidade a ser exercida pelo Estado.

Os impactos para o Estado compreendem a execução de política estadual de eficiência energética, a adoção de estratégia inovadora conjugando novo empreendimento eólico sem custo para o Estado, o desenvolvimento de regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, a redução mínima de 10,5 por cento nos custos com geração de energia elétrica, a previsibilidade proporcionada por contratos de longo prazo e a economia mínima anual de R$ 11.515.507,92.

Pág. 60 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

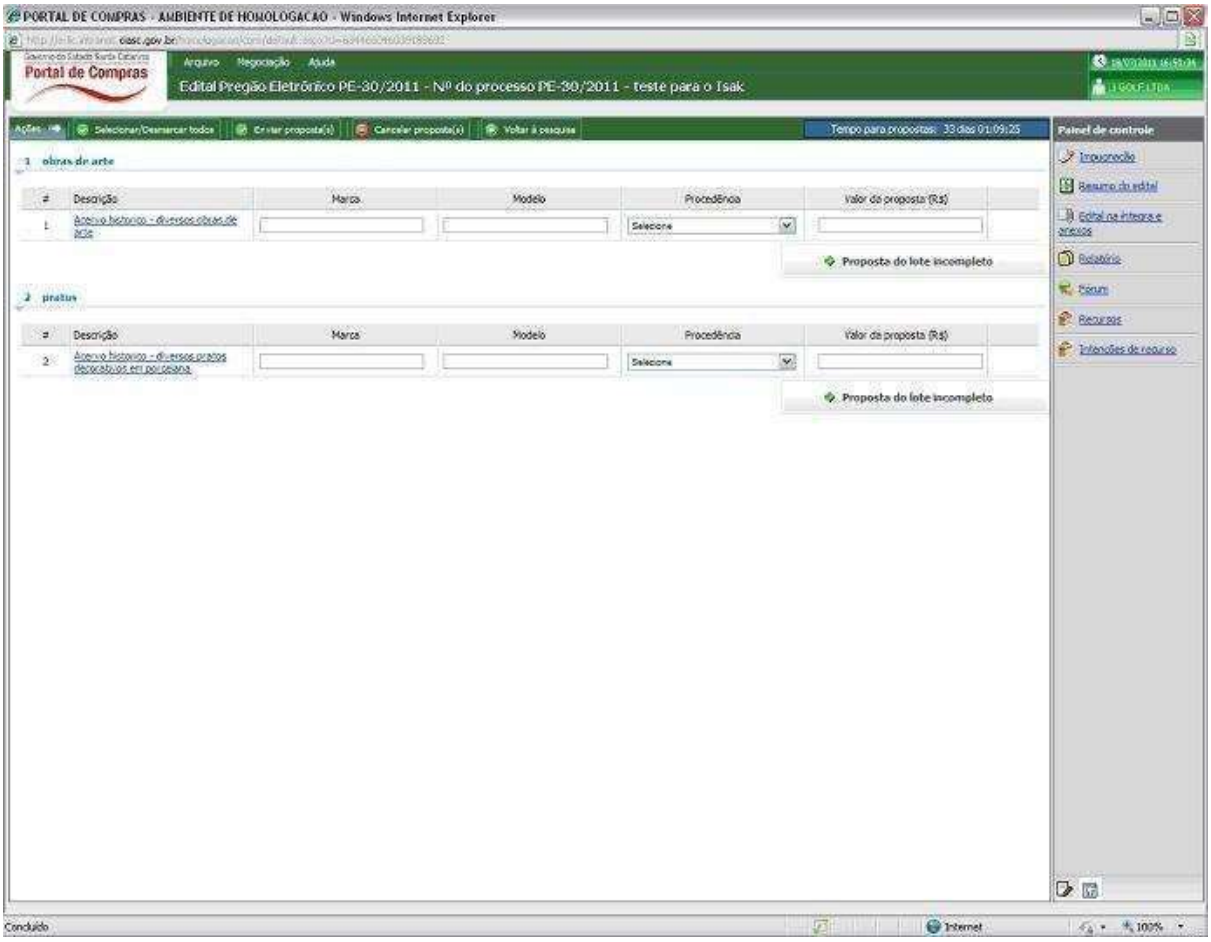
ANEXO I-F
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
GUIA DE MANUAL DE SOLUÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Disponível no para consulta no SGPE (pág.364-404) e portal de compras do estado

ANEXO II

Pág. 61 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA



1 – Sob pena de desclassificação, deverá ser preenchido para **cada item** do objeto cotado, no campo correspondente:

a) Preço unitário do item, expresso em reais.

Esta imagem (.jpeg*) é meramente ilustrativa e poderá não contemplar todas as atualizações que possam ser implementadas no Sistema (*updates*), como layouts e campos informativos.

Pág. 62 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO III
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
MODELO DE PROPOSTA READEQUADA
(INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS)

Apresentamos proposta atualizada para prestação de serviços Concorrência Pública destinada à contratação de solução para o fornecimento de energia elétrica proveniente de empreendimento de geração a partir de fonte renovável (Novo Empreendimento), incluindo a contratação de Agente de Comercialização Varejista responsável por viabilizar a migração do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), visando o atendimento das necessidades de consumo de energia elétrica das unidades da Administração Direta, autárquica e fundacional, indireta, dependente e independente, indicadas no anexo I-A, observadas as especificações e condições do Edital nº xxxx/2025 e seus Anexos.

Item	Serviço	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (P1)	Valor da Remuneração Variável (P2)	Valor Total
1	Fornecimento de energia elétrica de fonte renovável. Unidade em MWh		Mwh	R$	R$	R$

Percentual de desconto MW/h:
Percentual de remuneração Variável:
Percentual de partilha:

Razão Social da empresa:
CNPJ:
Endereço completo e atualizado:
Telefone para contato;
Endereço de e-mail;
Representante legal da empresa (nome, CPF, RG, cargo/função na empresa, telefones de contato);
Sócio(s) majoritário(s) da empresa (nome, CPF/CNPJ, RG) conforme ato constitutivo vigente;
Dados bancários:
a) Banco (nº e nome do banco para pagamento):
b) nº da agência bancária com dígito:
c) nº da conta bancária com dígito:

Pág. 63 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2025
Processo SEA 24927/2025

MINUTA DE CONTRATO DE EFICIÊNCIA PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVO EMPREENDIMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL CUMULADO COM A MIGRAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DOS CONTRATANTES AO MERCADO LIVRE DE ENERGIA

PRODUTO 2025 / 2060 (Energia Renovável)

CONTRATO DE EFICIÊNCIA PARA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVO EMPREENDIMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL CUMULADO COM A MIGRAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS DOS CONTRATANTES AO MERCADO LIVRE DE ENERGIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA E AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA PARTICIPANTES, TODOS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, E …….

CLÁUSULA PRIMEIRA - PREÂMBULO

1.1. - CONTRAENTES

Celebram o presente Contrato o

ESTADO DE SANTA CATARINA, [qualificação]

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN), [qualificação]

o CIASC, [qualificação]

a SCPAR PORTO DE IMBITUBA, [qualificação]

xxxxxxx, [qualificação]

todos neste ato e para na execução deste Contrato representados pela **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEA** doravante simplesmente denominados **"CONTRATANTES"**; e a

XXXXXXXXXX , inscrita no CNPJ do MF sob nº , com sede na Rua , nº

Pág. 64 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

, bairro
, no município de , doravante simplesmente denominada **"CONTRATADA"**.

1.2. - FUNDAMENTO CONTRATUAL

1.2.1 A celebração deste Contrato decorre da Homologação publicada em / / , da Secretaria de Estado da Administração, que aprovou o julgamento do Procedimento Licitatório nº (...).

1.2.2 Na hipótese de divergência ou dúvida quanto à interpretação de qualquer cláusula ou condição deste Contrato, bem como quanto à forma ou aos meios de sua execução, deverá ser adotada a solução que melhor se compatibilize com a modelagem contratual, os pressupostos, parâmetros e diretrizes estabelecidos no **Documento de Modelagem e Diretivas Contratuais**, prevalecendo tal orientação sobre interpretações meramente literais ou isoladas das disposições contratuais, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis e o interesse público.

1.2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.3.1. o termo de referência e seus anexos;

1.2.3.2. o edital da licitação ou ato que tiver autorizado a contratação direta e respectivos anexos;

1.2.3.3. a proposta do(a) CONTRATADO(A) e eventuais anexos;

1.2.3.4. No caso de eventual divergência entre as disposições dos documentos indicados nos itens 1.2.3.1 e 1.2.3.2 e as deste termo de contrato, prevalecerão aquelas em detrimento das cláusulas deste documento.

1.3. - REGIME LEGAL

Os **CONTRAENTES** expressam sujeição às cláusulas contratuais, às disposições constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º/04/2021, ao Código Civil Brasileiro, à Resolução Normativa da ANEEL nº 957, de 07 de dezembro de 2021 (Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica), à Resolução Normativa ANEEL Nº 1.009, de 22 de março de 2022 (Estabelece as regras atinentes à contratação de energia pelos agentes nos ambientes de contratação regulado e livre), e demais dispositivos normativos aplicáveis editados pela Agência Reguladora, bem como demais leis subsidiariamente aplicáveis, e tudo quanto não contrarie as disposições deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO E DIRETRIZES CONTRATUAIS

2.1 - DISCRIMINAÇÃO

2.1.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer aos **CONTRATANTES** energia elétrica suficiente para o suprimento de todas suas unidades consumidoras na modalidade quantidade no Ambiente de Contratação Livre (ACL) localizadas no Submercado Sul, conforme relacionado e especificado no **UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO (Anexo I-A)**.

2.1.1.1 - Iniciada a operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável, a energia gerada será preferencialmente fornecida aos **CONTRATANTES** no escopo de execução deste Contrato Administrativo.

2.1.2 - O adimplemento contratual pela **CONTRATADA** está condicionado à efetiva implantação e início da operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável na forma e nos prazos previstos nos documentos que instruem o procedimento licitatório e ao fornecimento de energia elétrica suficiente para o suprimento de todas suas unidades consumidoras dos

Pág. 65 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

CONTRATANTES, observada a Cláusula 2.1.1.1.

2.1.3 - A **CONTRATADA** adquirirá no Ambiente de Contratação Livre, gerada por meio de fontes renováveis, toda energia elétrica necessária ao suprimento da demanda das unidades consumidoras dos **CONTRATANTES** durante o período que sucede a migração prevista na Cláusula 2.1.4 até o início da operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável e, após o início da operação deste, a parcela que não for por ele gerada.

2.1.3.1 - Para os fins deste Contrato Administrativo admite-se como energia elétrica proveniente de fontes renováveis aquela produzida a partir de fonte solar (fotovoltaica e térmica), eólica (onshore e offshore); hidrelétrica, biomassa e biogás, geotérmica e proveniente das marés e das ondas.

2.1.4 - A **CONTRATADA** obriga-se a operacionalizar a migração das unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO** do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), mediante apresentação de Plano Básico de Migração (**PBM**), no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da assinatura do contrato.

2.1.5 - A **CONTRATADA** obriga-se a iniciar o suprimento de energia elétrica para as unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO** no prazo de 30 (trinta) dias contados da implementação do Plano Básico de Migração (PBM).

2.1.5.1 - Para os fins deste Contrato Administrativo considera-se implementado o PBM com a denúncia formal do contrato de compra de energia regulada junto à distribuidora, comunicando a sua decisão de migrar ao Ambiente de Contratação Livre (ACL).

2.1.6 - A **CONTRATADA** obriga-se a, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, construir, instalar e iniciar a operação de Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável que atenda todas as especificidades estabelecidas no edital e documentação que instrui o processo administrativo de contratação, em especial a localidade da instalação, capacidade instalada e o início da operacionalização da Usina.

2.1.6.1 - Aos **CONTRATANTES** fica facultado rescindir este Contrato Administrativo unilateralmente, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, se o Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável objeto deste contrato não estiver operacional no prazo máximo equivalente ao dobro do prazo inicialmente previsto para o início da sua operação, desde que tal atraso seja imputável à **CONTRATADA**.

2.1.6.2 - A rescisão contratual realizada na forma da cláusula 2.1.6.1 não enseja à **CONTRATADA** indenização de qualquer natureza pelos investimentos já realizados na implantação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável ou pelas expectativas de retorno econômico que ele poderia gerar.

2.1.6.3 - A rescisão contratual prevista no item 2.1.6.1 não dispensa a observância do prazo previsto na Cláusula 19.2, período de transição durante o qual a **CONTRATADA** conserva a responsabilidade de fornecer energia elétrica às unidades consumidoras dos **CONTRATANTES** nos termos contratuais previstos.

2.1.6.4 - A rescisão contratual prevista no item 2.1.6.1 admite cumulação com a multa pelo

Pág. 66 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

inadimplemento relativo prevista na Cláusula 18.3, a qual independe do exercício da faculdade de rescisão contratual conferida aos **CONTRATANTES**.

2.1.7 - O Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável a ser implantado qualifica-se como benfeitoria para os fins deste Contrato Administrativo em atenção ao art. 110, inc. II, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.7.1 - O Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável será revertido aos **CONTRATANTES** na conclusão do termo contratual sem qualquer pagamento residual ou compensação à **CONTRATADA.**

2.1.7.2 - A construção, implantação e operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável são de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, não assumindo os **CONTRATANTES**, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária ou subsidiária de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental ou de qualquer outra espécie relativa ao referido empreendimento.

2.1.7.3 - Fica vedada a alienação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável sem a expressa autorização dos **CONTRATANTES**, aos quais será facultado a opção pela não reversão prevista na Cláusula 2.1.7.1, devidamente justificado o interesse público.

2.1.7.3.1 - O exercício da opção prevista na Cláusula 2.1.7.3.1 configura direito potestativo dos **CONTRATANTES** e independe da anuência ou interesse da **CONTRATADA.**

2.1.7.4 - No prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar aos **CONTRATANTES** documento contendo as informações relevantes acerca do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável a ser implantado, incluindo, no mínimo, a localização, as características técnicas, a capacidade de geração prevista, bem como o cronograma estimado de implantação e entrada em operação comercial.

2.1.7.4.1 - O prazo estabelecido na Cláusula 2.1.7.4 poderá ser prorrogado, mediante justificativa formal da **CONTRATADA** e aceitação expressa dos **CONTRATANTES**.

2.1.8 - Para os fins deste Contrato Administrativo consideram-se benfeitorias as intervenções de natureza física e lógica necessárias para viabilizar a migração das unidades consumidoras do ambiente regulado para o mercado livre de energia, a exemplo da substituição de medidores de energia elétricos ou instalação de medidores homologados pela CCEE; instalação de equipamentos de telemetria para transmissão remota e automática dos dados de consumo; instalação de transformadores de corrente ou tensão; reforço ou troca de transformadores; obras civis em subestações; adequações estruturais para instalação de equipamentos, entre outros.

2.1.9 - O preço inicial de referência do custo de geração de energia elétrica no mercado regulado é de 0,34840 R$/kWh.

2.1.9.1 - O preço de referência para o custo de geração de energia elétrica no mercado regulado nos anos seguintes será aquele publicizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica no dia 1º de janeiro de cada ano para a CELESC Distribuição.

2.1.10 - O preço inicial de referência do custo de geração de energia elétrica no mercado livre será definido com base na aplicação do percentual de deságio previsto na Cláusula 2.1.11 sobre o preço

Pág. 67 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

indicado na Cláusula 2.1.9.

2.1.10.1 - O preço de referência para o custo de geração de energia elétrica no mercado livre dos anos seguintes será aquele informado pela **CONTRATADA** em cumprimento à Cláusula 10.1.9.

2.1.10.2 - Nos casos em que (i) a demanda de energia elétrica dos **CONTRATANTES** for integralmente suprida pelo Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável ou (ii) não houver parâmetro público com metodologia explicitada para definição do preço da geração de energia elétrica no mercado livre, será adotado, como preço de referência, a média anualizada dos custos de geração de energia elétrica, por fonte, divulgados pela CCEE com base nos leilões de contratação de energia realizados no exercício a que se refere.

2.1.10.2.1 - A média será apurada adotada a proporção de (a) 50% do peso correspondentes ao custo médio das fontes renováveis, ponderado pela participação relativa de cada fonte nos leilões; e (b) 50% do peso correspondentes ao custo médio da fonte eólica apurado nos mesmos leilões.

2.1.11 - O percentual de deságio proposto pela **CONTRATADA** no procedimento licitatório sobre o custo de geração de energia elétrica no mercado regulado estabelece a relação de paridade entre este e o equivalente do mercado livre e define o percentual de desconto a ser adotado na equação prevista na Cláusula 2.1.10.

2.1.11.1 - A relação de paridade prevista na cláusula 2.1.11 deverá ser utilizada nas revisões quadrienais para análise da manutenção da vantajosidade da proposta inicial conforme previsto na Cláusula 3.2.

2.1.12 – A revisão quadrienal e o adiantamento do excedente extraordinário de economia energética somente ocorrerão após a implantação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável e a respectiva entrada em operação.

2.1.12.1 – As revisões e adiantamentos realizados após o cumprimento da condição prevista na Cláusula 2.1.12 não considerarão valores relativos ao período anterior à viabilidade de entrada em operação do Novo Empreendimento.

2.1.12.2 – A partir da viabilidade de entrada em operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável, aplicar-se-ão os mecanismo de revisão quadrienal e de adiantamento de excedente extraordinário, observada a ressalva da Cláusula 2.1.12.1.

2.1.12.3 – Caso o Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável não entre em operação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses contados da assinatura do contrato, serão iniciados os ciclos de análise da revisão quadrienal e do adiantamento de excedente extraordinário de economia energética, observada a exclusão temporal prevista na Cláusula 2.1.12.1.

2.1.13 - O percentual a ser adotado nas partilhas do excedente econômico previstas nas Cláusulas 3.2 e 6.4 será aquele proposto pela Contratada no certame licitatório.

2.2 - LOCAL DE ENTREGA

A energia elétrica deverá ser entregue nas unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A) UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO**.

Pág. 68 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 O prazo de vigência do Contrato será de 35 (trinta e cinco) anos, contados da data de assinatura do contrato, nos termos do Art. 110, II, da Lei nº 14.133/2021.

DA REVISÃO QUADRIENAL DO MODELO CONTRATUAL

3.2 - A vantajosidade concebida na modelagem contratual pressupõe a observância, durante toda a vigência do contrato, da relação de paridade entre o custo de geração de energia elétrica no mercado regulado e o custo de geração de energia elétrica no mercado livre.

3.2.1 - As partes avaliarão quadrienalmente, no semestre que precede a apresentação da proposta de Plano Plurianual, a vantajosidade da migração do mercado regulado para o mercado livre de energia, bem como o funcionamento adequado e a eficiência do modelo adotado.

3.2.2 - A avaliação prescrita na Cláusula 3.2 em determinado ano considerará as médias anuais do preço de geração de energia elétrica no mercado regulado e no mercado livre previstas nas Cláusulas 2.1.9.1 e 2.1.10.1, respectivamente, de modo a definir a relação de paridade corrente entre os preços.

3.2.3 - A avaliação prevista na Cláusula 3.2.1 deve necessariamente considerar se a paridade anual no quadriênio anterior entre o preço de geração de energia elétrica no mercado regulado e no mercado livre observa a paridade inicialmente estabelecida na Cláusula 2.1.11.

3.2.3.1 - Se a média obtida pela aplicação da Cláusula 3.2.2 for superior à relação inicial estabelecida na Cláusula 2.1.11 na data da celebração do contrato, será acionado mecanismo de revisão automática para manutenção da vantajosidade e o percentual indicado na Cláusula 2.1.13 do excedente será apropriado pelos **CONTRATANTES**.

3.2.3.2 - O excedente apurado pela Cláusula 3.2.3.1 será convertido em R$/kWh e resultará do produto obtido pela multiplicação do percentual apropriado pelos CONTRATANTES pela média ponderada do preço da geração de energia do mercado regulado no quadriênio anterior em razão do volume da energia consumida.

3.2.3.3 - Se a média obtida pela aplicação da Cláusula 3.2.2 for inferior à relação inicial estabelecida na Cláusula 2.1.11, não será devida à **CONTRATADA** nenhuma espécie de compensação ou remuneração adicional.

3.2.4 - O montante gerado pela aplicação da Cláusula 3.2.3.3 será diluído no mesmo exercício quadriênio corrente do exercício qual se originou no e descontado no valor a ser repassado à **CONTRATADA** com base na cláusula 6.1.1 do período, devendo ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo desde a sua originação até o consumo integral do montante apropriado.

3.2.5 - Os valores que já foram apropriados com base na Cláusula 6.4 serão subtraídos do montante gerado pela aplicação da Cláusula 3.2.3.2.

Pág. 69 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO PARA MIGRAÇÃO

4.1 - A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 6 (seis) meses para elaborar e implementar o Plano Básico de Migração (PBM) de todas as unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO**.

4.1.1 - O prazo previsto na Cláusula 4.1 deste Contrato inicia-se após o decurso do prazo de 30 dias previsto na Cláusula 6.1.1 do Termo de Referência.

4.2 - A migração das unidades consumidoras pode ocorrer por fases, conforme Plano Básico de Migração, devidamente aprovado pelos **CONTRATANTES**.

4.3 - As **ADERENTES** poderão estipular no Plano Básico de Migração (PBM) que, após concluída a migração previstas na Cláusula 2.1.5.1, os pagamentos ocorram mediante conta vinculada ("escrow account" ou "conta centralizadora de recebíveis"), na forma do art. 142 da Lei nº 14.133/2021.

4.4 - No prazo máximo de 30 dias a contar da assinatura do Contrato, os **CONTRATANTES** adiantarão à **CONTRATADA** para implementação do Plano Básico de Migração (PBM) o equivalente a 1% (um por cento) do valor anual estimado da fatura de energia elétrica de todas as **CONTRATANTES**.

4.5 - O valor adiantado na Cláusula 4.4 será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) e abatido de futuro repasse à **CONTRATADA** com base na cláusula 6.1.1, conforme apuração realizada na primeira Aferição Anual da Economia Prevista.

CLÁUSULA QUINTA – PERÍODOS DE SUPRIMENTO

5.1 – Período de Suprimento Pré-operacional

5.1.1 - Corresponde ao período compreendido entre a efetiva migração das unidades consumidoras para o Ambiente de Contratação Livre e o início da operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável a que se refere a Cláusula 2.1.6.

5.1.2 - O suprimento no período pré-operacional poderá ser procedido diretamente pela **CONTRATADA** ou indiretamente, mediante a contratação de Agente de Comercialização Varejista, assumindo a **CONTRATADA** todos os riscos de Variação do Preço da Liquidação da Diferença (PLD), assegurando a energia no Mercado Livre para todo o período de fornecimento ao Preço do Contrato.

5.1.3 - A gestão das Unidades Consumidoras no Mercado Livre para ambos os períodos de fornecimento será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**, diretamente ou através de Agente de Comercialização Varejista por ele contratado.

5.1.3.1 - A contratação de agente comercializador de energia elétrica ou a internalização da compra e venda de energia no Mercado Livre de Energia pela **CONTRATADA** é questão inserida na sua liberdade de organização empresarial e não se submete à ingerência dos **CONTRATANTES**.

5.1.3.2 - A terceirização de atividades e a contratação de agentes privados pela **CONTRATADA** para a

Pág. 70 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

realização de atividades necessárias à execução deste contrato não altera a responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** perante os **CONTRATANTES** pela execução do objeto contratual.

5.1.3.3 - Os **CONTRATANTES** não possuem qualquer relação jurídica com pessoas físicas e jurídicas contratadas pela **CONTRATADA** para execução do objeto contratual nem qualquer responsabilidade patrimonial em eventuais litígios originados entre a **CONTRATADA** e seus auxiliares.

5.1.3.4 - As variações sazonais toleradas no consumo de energia elétrica que impactem a demanda de forma positiva e exijam a adoção de medidas, tais como a aquisição de energia no mercado à vista; bem como aquelas que resultem em frustração da expectativa de consumo projetado, constituem risco exclusivo da **CONTRATADA**, não lhe conferindo direito a qualquer compensação, ressalvado o pagamento pela energia efetivamente consumida.

5.1.4 - A flexibilidade e a modulação da energia fornecida serão iguais à medição da energia consumida pelas Unidades Consumidoras, o que implica em flexibilidade total e modulação pela carga.

5.1.4.1 - Anualmente, a sazonalização deverá ser enviada pelos **CONTRATANTES** à **CONTRATADA** até o dia 30 de novembro do ano anterior ao consumo, utilizando-se a sazonalização vigente se não for enviada no prazo previsto.

5.1.4.2 - O aumento ou redução da sazonalização em montante superior a 10% deverá ser informada pelos **CONTRATANTES** à **CONTRATADA** com 120 (cento e vinte) dias de antecedência na forma da Cláusula 10.2.3, lustro a partir do qual a demanda deverá ser atendida pela **CONTRATADA**.

5.2 – Período de Suprimento Operacional

5.2.1 - Corresponde ao período entre o início da operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável a que se refere a Cláusula 2.1.6 e o prazo final de vigência do contrato, mantendo o proponente as mesmas obrigações do período de suprimento pré-operacional.

5.2.2 - O suprimento no período operacional ocorrerá na modalidade varejista, assumindo a **CONTRATADA** todos os riscos de variação do Preço da Liquidação da Diferença (PLD), assegurando a energia no Mercado Livre para todo o período de fornecimento ao Preço do Contrato.

5.2.3 - A gestão das Unidades Consumidoras no Mercado Livre será de responsabilidade da **CONTRATADA,** observadas as regras estabelecidas na Cláusula 5.1.3 e subcláusulas.

5.2.4 - A flexibilidade e a modulação da energia fornecida serão iguais à medição da energia consumida pelas Unidades Consumidoras, o que implica em flexibilidade total e modulação pela carga.

5.2.4.1 - Anualmente, a sazonalização deverá ser enviada pelos **CONTRATANTES** à **CONTRATADA** até o dia 30 de novembro do ano anterior ao consumo, utilizando-se a sazonalização vigente se não for enviada no prazo previsto.

5.2.4.2 - O aumento ou redução da sazonalização em montante superior a 10% deverá ser informada pelos **CONTRATANTES** à **CONTRATADA** com 120 (cento e vinte) dias de antecedência na forma da

Pág. 71 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

Cláusula 10.2.3, lustro a partir do qual a demanda deverá ser atendida pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – REPASSE CONTRATUAL E REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA

6.1 - Os **CONTRATANTES** repassarão à **CONTRATADA** os valores correspondentes ao custo da energia elétrica consumida pelas unidades de consumo indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO**, abrangendo o custo da geração, transmissão, distribuição, encargos setoriais e demais rubricas que componham a fatura de energia elétrica.

6.1.1 - O valor devido pela geração de energia elétrica corresponderá ao produto do valor unitário de geração de energia elétrica previsto na Cláusula 2.1.9.1, sobre o qual será aplicado o desconto percentual oferecido pela **CONTRATADA** (Cláusula 2.1.11), multiplicado pelo montante de energia elétrica efetivamente consumida pelas unidades de consumo indicadas no**(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO**, no período de faturamento.

6.1.2 - A **CONTRATADA** deverá apresentar aos **CONTRATANTES**, mensalmente, relatório detalhado contendo o consumo de energia elétrica de todas as unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO**, discriminando o consumo individual de cada unidade, bem como demais dados relevantes à verificação da conformidade da entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada período de faturamento.

6.2 - Os **CONTRATANTES** pagarão à **CONTRATADA**, à título de remuneração variável, o percentual de remuneração proposto pela **CONTRATADA** sobre a performance apurada na execução contratual.

6.2.1 - A base de cálculo de incidência do percentual previsto na Cláusula 6.2 será a diferença entre o custo de geração de energia elétrica no mercado regulado e aquele que foi repassado à **CONTRATADA** de acordo com a Cláusula 6.1.1.

6.2.2 - A remuneração prevista na Cláusula 6.2 será provisionada mensalmente e devida à **CONTRATADA** no mês de janeiro do ano subsequente a que se refere, condicionada à ocorrência de efetiva economia prevista na fatura de energia elétrica, na forma prevista na Cláusula 6.1.1 e observada a Cláusula 6.3.3.2.

6.3 Aferição Anual da Economia Prevista

6.3.1 - A Aferição Anual da Economia Prevista objetiva a confirmação da economia proposta pela CONTRATADA no custo da geração de energia elétrica no mercado livre em comparação àquele que seria devido no mercado regulado (Cláusulas 2.1.9 e 6.1.1).

6.3.2 - A Aferição prevista na Cláusula 6.3.1 dar-se-á em base anual, será realizada no mês de janeiro do exercício subsequente sobre o qual recai e considerará, para fins de apuração, o montante pago a título de geração de energia elétrica no mercado livre à **CONTRATADA** no ano civil imediatamente anterior, considerado o volume da energia consumida.

6.3.2.1 - O parâmetro para Aferição Anual da Economia Prevista será o preço da geração de energia elétrica no mercado regulado – Cláusulas 2.9 e 2.9.1 – com a aplicação do percentual de economia

Pág. 72 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

proposto pela **CONTRATADA**.

6.3.3 - Identificada a não ocorrência da economia prevista em prol dos **CONTRATANTES** com a aquisição de energia elétrica no ambiente de contratação livre (Cláusula 6.3.2.1), a diferença entre a economia proposta pela **CONTRATADA** em relação ao preço da geração de energia elétrica e aquela efetivamente obtida pelos **CONTRATANTES** será descontada dos repasses realizados à **CONTRATADA** com base na Cláusula 6.1.1 durante o exercício financeiro corrente, de forma diluída, dos doze meses subsequentes.

6.3.3.1 - Os valores devidos em razão da incidência da Cláusula 6.3.3. serão apurados mensalmente, contabilizados e atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo desde o momento em que a economia deveria ter ocorrido até a competência em que integralmente consumidos mediante desconto do montante previsto na Cláusula 6.1.1.

6.3.3.2 - No caso de incidência da Cláusula 6.3.3, o montante provisionado na forma da Cláusula 6.2.2 será retido em percentual equivalente à economia não observada e liberado à **CONTRATADA** no mês de janeiro do período subsequente, devidamente corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, após a conclusão dos descontos previstos na Cláusula 6.3.3.1.

6.4 Adiantamento de excedente extraordinário de economia energética

6.4.1 - No período indicado na Cláusula 6.3.2, será apurada a relação anual corrente entre o preço da geração de energia elétrica no mercado regulado e o equivalente efetivo do mercado livre.

6.4.2 - Caso a relação anual média apurada, referente ao ano anterior, seja superior ao dobro da relação definida na data de celebração deste contrato, com base na Cláusula 2.1.11, o percentual indicado na Cláusula 2.1.13 definirá a partilha de excedente extraordinário de economia energética.

6.4.3 - O percentual indicado na Cláusula 6.4.2 será revertido em favor das **CONTRATANTES** e resultará em descontos nos repasses realizados à **CONTRATADA** com base na Cláusula 6.1.1, de forma diluída, dos doze meses subsequentes.

6.4.3.1 - Os valores devidos em razão da incidência da Cláusula 6.4.3. serão apurados mensalmente, contabilizados e atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo desde o momento em que o excedente extraordinário foi apurado ocorreu até a competência em que integralmente consumidos.

6.5 - Adotar-se-á as médias anualizadas observadas dos preços de geração de energia elétrica no mercado regulado e o equivalente do mercado livre para realizar a análise da incidência dos mecanismos previstos nas Cláusulas 6.3 e 6.4.

CLÁUSULA SÉTIMA- ENERGIA MENSAL FATURÁVEL

7.1 - O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal que contemple o consumo de energia elétrica de todas as unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO** de todos os pontos de medição atendidos pelo contrato, em conformidade com a quantidade da Energia Mensal Faturável, em kilowatts-hora (kWh).

Pág. 73 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

7.1.1 - A **CONTRATADA** deverá apresentar aos **CONTRATANTES**, mensalmente, relatório detalhado contendo o consumo de energia elétrica de todas as unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO**, discriminando o consumo individual de cada unidade, bem como demais dados relevantes à verificação da conformidade da entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada período de faturamento.

7.2 - A Energia Mensal Faturável será a Energia medida (Emedida) efetivamente consumida por todas as unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO** de todos os pontos de medição dos **CONTRATANTES**, cujo acesso esteja disponível à **CONTRATADA** no Sistema de Coleta de Dados de Energia da CCEE (SCDE).

CLÁUSULA OITAVA- FATURAMENTO

8.1 - O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura que contemple o consumo de energia elétrica de todas as unidades consumidoras indicadas no **(Anexo I-A)UNIDADES CONSUMIDORAS/CONSUMO**, em conformidade com a quantidade da Energia Mensal Faturável, em kilowatts-hora (kWh).

CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

9.1 - A CONTRATADA encaminhará relatório da Energia Mensal Faturável e a correspondente Nota Fiscal Eletrônica aos **CONTRATANTES** até o 2º dia útil do mês subsequente ao consumo.

9.2 - As notas fiscais decorrentes desta contratação deverão ser apresentadas com 8 (oito) dias úteis de antecedência à data de vencimento, devendo a **CONTRATADA** encaminhar mensalmente aos **CONTRATANTES**, por meio de endereço eletrônico, e-mail de notificação de emissão da NF-e.

9.2.1 - A notificação de que trata esta Cláusula deve ocorrer impreterivelmente no prazo limite de até 8 (oito) dias úteis anteriores à data do vencimento da NF-e emitida.

9.2.2 - Em caso de atraso no envio ou no recebimento do e-mail de notificação de emissão de NFe, a data de vencimento da NF-e será automaticamente prorrogada por período igual ao do atraso verificado, para preservação do prazo para pagamento de 8 (oito) dias úteis de antecedência à data de vencimento, sem a incidência de quaisquer acréscimos por atraso previstos neste Contrato.

9.2.3 - O documento fiscal deverá ser da **CONTRATADA** e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento por ela contratada, o documento deverá vir acompanhado das respectivas certidões negativas relativas à regularidade fiscal e previdenciária.

9.3 - O pagamento à **CONTRATADA** deverá ser efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao consumo, observadas as Cláusulas 9.1 e 9.2.

9.4 - Caso a data de vencimento não seja dia útil, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem incorrer nos acréscimos por atraso previstos neste Contrato.

9.5 - As Notas Fiscais deverão estar acompanhadas dos comprovantes de Regularidade Fiscal da **CONTRATADA** perante as Fazendas Públicas e as Procuradorias da Dívida Ativa (Federal, Estadual e

Pág. 74 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

Municipal) do seu domicílio ou sede, além do Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, sem prejuízo de outros expressamente exigidos em edital conforme faculta o inc. VII do art. 1º da Lei Estadual nº 17.516/2018.

9.6 - O atraso injustificado do pagamento pelos **CONTRATANTES** importará na incidência da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) *pro rata die*, inclusive no período a que se refere o inc. IV do § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

9.7. De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os Fundos, as Autarquias e às Fundações Públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES

10.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
10.1.1 - A CONTRATADA obriga-se a:
a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;
b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
d) reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante durante a prestação do serviço;
f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a adequação do serviço fornecido, sem qualquer ônus adicional;
g) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
h) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
i) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
j) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com os CONTRATANTES por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, eventual de alteração;
k) realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com os CONTRATANTES (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

Pág. 75 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

l) cumprir as normas regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho da Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego e suas atualizações.
m) paralisar qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com os programas, projetos e procedimentos estabelecidos nas normativas vigentes e coloquem em risco a saúde ou a integridade física dos trabalhadores.
n) Atender as demais obrigações e especificações constantes no Termo de referência que embasou a elaboração do edital de licitação (Anexo VI).

10.1.2 - A **CONTRATADA** reconhece por este instrumento que é a única responsável por eventuais danos ou prejuízos causados aos **CONTRATANTES** em relação à propriedade e à integridade de pessoas, gerados em decorrência da execução deste Contrato, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para as **CONTRATANTE**, os custos relativos a ressarcimentos e indenizações, vinculados à execução do Contrato.

10.1.3 - A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato, observados os repasses previstos na Cláusula 6.1.

10.1.3.1 - A inadimplência com referência a esses encargos não transfere aos **CONTRATANTES** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

10.1.4 - A **CONTRATADA** deverá ressarcir eventuais prejuízos sofridos pelos **CONTRATANTES** em virtude do seu inadimplemento em relação ao cumprimento dos encargos acima descritos, incluindo-se nesse dever despesas ocasionadas pelo inadimplemento, tais como honorários advocatícios, periciais, entre outros regularmente suportados pelos **CONTRATANTES**.

10.1.5 - A **CONTRATADA,** diretamente ou por intermédio de terceiros, compromete-se a respeitar na execução do presente contrato o disposto na legislação específica, em Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), nas Regras e Procedimentos de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), nos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e outros que venham a sucedê-los.

10.1.6 - Caso a Energia contratada seja disponibilizada em Submercado diferente do Submercado dos **CONTRATANTES**, a responsabilidade pela exposição de preços de diferentes Submercados será da **CONTRATADA.**

10.1.7 - Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, Tributos, Encargos Setoriais, custos e encargos de transmissão, de distribuição e de conexão, perdas de transmissão e de distribuição porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da energia elétrica contratada até o Ponto de Entrega, observada os repasses previstos na Cláusula 6.1.

10.1.8 - A **CONTRATADA** obriga-se a, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses, construir, instalar e iniciar a operação do Novo Empreendimento de Geração de Energia Renovável que atenda todas especificidades estabelecidas no edital e documentação que instrui o processo administrativo de contratação, em especial a localidade da instalação, capacidade instalada e o início da operacionalização da Usina.

Pág. 76 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

10.1.9 - A **CONTRATADA** obriga-se a encaminhar, no mês de janeiro de cada ano, relatório contendo o valor médio ponderado de todos os contratos de compra de energia elétrica do portfólio que abastece este Contrato e a média anual do preço de geração de energia elétrica do exercício anterior.

10.1.9.1 - As informações obtidas com base na Cláusula 10.1.9 são de uso restrito à execução, operacionalização e fiscalização do presente contrato, devendo-se observar a Cláusula 16.1 e não se admitindo aos **CONTRATANTES** utilizar-se das informações para outros fins ou divulgá-las a terceiros para qualquer finalidade distinta.

10.1.9.2 - As informações previstas na Cláusula 10.1.9 deverão estar disponíveis em tempo real para os **CONTRATANTES** no painel de gestão previsto na Etapa 9 do Plano Básico de Migração.

10.2 - OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES

10.2.1 - Os CONTRATANTES obrigam-se a:

a) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

b) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue e o serviço prestado pela contratada fora das especificações do contrato, indicando a inadequação observada;

c) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

d) Prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

e) Exercer a Gestão e Fiscalização da execução contratual pelos representantes indicados;

f) Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência do qual se originou;

g) Notificar a CONTRATADA a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na execução contratual;

h) Definir prazo à CONTRATADA para solucionar quaisquer irregularidades constatadas na execução contratual;

i) Divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal de Compras de Santa Catarina, bem como providenciar a publicação resumida deste instrumento e dos seus eventuais aditamentos na Imprensa Oficial.

10.2.2 - Os **CONTRATANTES** deverão efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** na forma estipulada no contrato.

10.2.2.1 - Burocracias internas e litigios administrativos entre os distintos órgãos e entidades **CONTRATANTES** não são oponíveis à **CONTRATADA** e não afastam a incidência dos consectários moratórios e compensatórios devidos em caso de atraso nos pagamentos.

10.2.3 - Os **CONTRATANTES** ficam obrigadas a atualizarem a **CONTRATADA,** com 120 (cento e vinte) dias de antecedência, sobre qualquer inclusão, alteração ou supressão de unidade(s) consumidora(s) a serem atendidas pelo contrato que ampliem ou reduzam em mais de 10% do volume anual estimado de energia consumida, além de atualizar as visualizações das referidas unidades no SCDE (Sistema de Coleta de Dados de Energia) da CCEE pela **CONTRATADA**.

Pág. 77 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

10.2.4 - Os **CONTRATANTES** permitirão acesso às suas instalações das representantes da **CONTRATADA**, da CCEE, da ANEEL e ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- MATRIZ DE RISCO

11.1 - Constam da Matriz de Riscos, anexa ao presente Contrato, a definição e alocação dos riscos e responsabilidades de cada uma das partes, bem como as consequências do inadimplemento das determinações nela estabelecidas.

11.2 - É vedada a revisão contratual para recomposição da base objetiva do contrato quando a disparidade decorre de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A **CONTRATADA** deverá apresentar as seguintes garantias:

12.1.1 - Garantia de Habilitação. Valor correspondente a 1% (um por cento) do somatório anual estimado dos valores indicados nas cláusulas 6.1 e 6.2 deste instrumento.

12.1.2 - Garantia de Execução. Valor correspondente a 5% (cinco por cento) do somatório anual estimado dos valores indicados nas cláusulas 6.1 e 6.2 deste instrumento.

12.2 - A **CONTRATADA** poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia para o atendimento das cláusulas 14.1.1 e 14.1.2, observadas as disposições dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
b) seguro-garantia;
c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.3 - Em caso de utilização parcial ou total da garantia, a **CONTRATADA** deve recompor o valor consumido em até 30 (trinta) dias úteis a contar da data da execução, mediante aditamento da garantia em vigor ou emissão de nova garantia.

12.4 - Transcorrido o prazo previsto na Cláusula 12.3 sem que a CONTRATADA tenha recomposto a garantia, poderão os **CONTRATANTES** rescindir este Contrato.

12.5. A garantia na modalidade seguro deverá ser prestada pela contratada no prazo de um mês, contado da data da homologação da licitação, desde que anterior à assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

Pág. 78 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

13.1 - Consideram-se eventos de força maior ou caso fortuito, para justificar atrasos ou inadimplementos contratuais por qualquer das partes, aqueles eventos imprevisíveis e inevitáveis, cuja ocorrência não possa ser evitada ou impedida, e que comprovadamente impeçam ou dificultem a execução das obrigações contratuais, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2 - A Parte afetada pela ocorrência de um caso fortuito ou de força maior deverá comunicar o fato à outra Parte no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data do evento, mediante notificação por escrito contendo descrição pormenorizada do caso fortuito ou de força maior, com informações que indiquem a sua natureza, em que medida ele compromete o cumprimento das obrigações da Parte afetada nos termos deste Contrato e a estimativa do período em que o caso fortuito ou de força maior a impedirá de cumprir com suas obrigações suspensas pelo referido evento.

13.3 - A suspensão das obrigações em decorrência de caso fortuito ou de força maior não terá o efeito de eximir a Parte afetada da obrigação de efetuar o adimplemento das parcelas contratuais relativas ao período anterior à ocorrência do Caso Fortuito ou de Força Maior e/ou cuja execução não foi por estes afetada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RACIONAMENTO E RACIONALIZAÇÃO

14.1 - As responsabilidades contratuais na eventual vigência de Racionamento ou Racionalização, bem como de quaisquer outros incentivos ou determinações do Poder Público, que visem a redução do consumo de energia elétrica de caráter emergencial, serão regidas pela Legislação vigente e/ou pelas Regras de Comercialização que venham a ser definidas pela Autoridade Competente.

14.2 - Por se tratar de um serviço essencial, qualquer redução na quantidade de energia fornecida, durante o período de racionamento ou racionalização, só poderá ocorrer se houver uma determinação legal específica que assim o exija, conforme previsto na legislação aplicável ao setor elétrico.

14.2.1 - Caso seja determinada a redução no fornecimento de energia, mas a Autoridade Competente não defina as regras aplicáveis a este Contrato, e não haja disposição específica nas Regras de Comercialização para regular o tema, o Contrato sofrerá a redução prevista na legislação do setor elétrico para o Submercado da Unidade Consumidora ou do Ponto de Entrega, durante todo o período em que perdurar o Racionamento ou Racionalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ANTICORRUPÇÃO

15.1 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

b) comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados na alínea “a” desta cláusula e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

Pág. 79 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

c) Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução deste Contrato;
d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do presente Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

16.1 - Toda e qualquer informação, seja de qual natureza for, decorrente deste Contrato, ou que tenha com ele conexão direta, deverá ser tratada de forma confidencial e sigilosa pelas partes. As partes se obrigam a adotar as medidas necessárias para a manutenção e cumprimento do disposto nesta cláusula.

16.1.1 - O termo "INFORMAÇÃO" abrange toda informação, por qualquer modo apresentada ou observada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a diagramas de redes, fluxogramas, processos, projetos, ambiente físico e lógico, topologia de redes, configurações de equipamentos, entre outras e que, diretamente ou através de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venha a **CONTRATADA** ter acesso durante ou em razão da execução do contrato.

16.1.2 - Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a **CONTRATADA** deverá mantê-la sob sigilo até que seja autorizada expressamente pelo representante legal dos **CONTRATANTES**, referido no contrato, a tratá-la diferentemente.

16.1.2.1 - Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa dos **CONTRATANTES** poderá ser interpretada como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

16.2 - Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, fica estabelecido entre as partes que todas as informações e documentos que decorram da execução deste Contrato, ou tenham com ele conexão de qualquer natureza, incluindo, mas não limitando a informações técnicas, desenhos, projetos, dados comerciais e negociais, serão de propriedade exclusiva dos **CONTRATANTES**, não tendo a **CONTRATADA** qualquer direito quanto a esses.

16.3 - Fica acordado entre as partes que a **CONTRATADA** não poderá fornecer ou revelar a terceiros qualquer informação decorrente da execução dos serviços objeto deste Contrato, sem a prévia e expressa autorização dos CONTRATANTES.

16.4 - As partes devem adotar todas as ações necessárias para preservar as informações sigilosas e devem impor essa obrigação a seus empregados, proibindo qualquer uso não autorizado.

16.5 - A obrigação de sigilo e confidencialidade de que cuida esta cláusula não é aplicável nos seguintes casos:

a) Se as informações e os documentos forem de conhecimento e domínio público à época do fornecimento por qualquer uma das partes, ou venham a ser de domínio público por razões que comprovadamente sejam alheias à vontade ou a qualquer ação ou omissão em lei.

Pág. 80 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

b) Diante da necessidade de apresentação de qualquer documento ou informação às autoridades governamentais para aprovação, bem como nos casos legalmente estabelecidos.
c) Se as informações ou documentos forem de conhecimento da parte que os receber, anteriormente ao seu fornecimento pela outra parte, desde que devidamente comprovado.

16.6 - O não cumprimento por qualquer uma das partes das obrigações de que trata esta cláusula dará o direito à parte prejudicada de, a critério exclusivo desta, requerer perdas e danos.

16.7 - As obrigações de confidencialidade previstas neste Contrato passam a ter vigência a partir da data de sua assinatura, em caráter irretratável e irrevogável, e vigorarão por prazo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DOS DADOS DAS PARTES E TERCEIROS

17.1 - As partes reconhecem, na sua integralidade, a vinculação deste contrato aos ditames da Lei federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, portanto, seu dever de conhecimento, observância e manutenção das boas práticas administrativas.

17.2 - A contratada cumprirá, a todo momento, as leis de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, os CONTRATANTES em situação de violação de tais regras.

17.3 - A contratada somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e fins exclusivos do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para qualquer outro propósito.

17.4 - A contratada se certificará que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pelos CONTRATANTES sobre a presente cláusula, bem como se certificará que as pessoas autorizadas a tratar os dados dos servidores dos CONTRATANTES, assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

17.5 - Se o titular dos dados, autoridade de proteção de dados, ou terceiro solicitarem informações da contratada relativas ao tratamento de dados pessoais, a contratada submeterá esse pedido à apreciação dos CONTRATANTES, não podendo, sem instruções prévias dos CONTRATANTES, transferir, ou de qualquer forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais dos servidores dos CONTRATANTES, que detenha por força do presente contrato.

17.6 - A contratada prontamente prestará assistência os CONTRATANTES no sentido de assegurar o cumprimento da obrigação de responder às solicitações dos titulares de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis aplicáveis à Proteção de Dados, não devendo realizar pagamentos de acesso que impliquem na inviabilidade de controle e dimensionamento de uso dos serviços contratados.

17.7 - A contratada prestará assistência os CONTRATANTES no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da contratada e/ou nos casos em que for necessária a assistência da contratada para que os CONTRATANTES cumpra as suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do

Pág. 81 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

tratamento, violação de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridade de proteção de dados.

17.8 - Na hipótese de ocorrência de violação de dados pessoais a partir das bases sob guarda da contratada, esta informará os CONTRATANTES, por escrito, acerca de tal violação, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas a contar do momento em que tomou ciência da violação, incluindo nas informações:

3 descrição da natureza da violação dos Dados Pessoais, descrevendo as categorias e o número aproximado de titulares de dados implicados, bem como as categorias e o número aproximado de registro de dados implicados;

4 descrição das prováveis consequências ou das consequências já concretizadas da violação dos dados pessoais; e

5 descrição das medidas adotadas ou propostas para reparar a violação de dados pessoais e para mitigar os possíveis efeitos adversos.

17.9 - Quando solicitada, a contratada fornecerá aos CONTRATANTES todas as informações necessárias para comprovar a conformidade com as obrigações da contratada previstas neste contrato, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

17.10 - A contratada indenizará os CONTRATANTES de qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custos e despesas, incluindo, mas não se limitando, os honorários advocatícios, multas, e penalidades, ou custos investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas contra os CONTRATANTES por conta de violação de proteção a dados pessoais ocorrido durante a vigência do presente contrato em razão do não-cumprimento por parte da contratada das obrigações previstas na legislação aplicável à proteção de dados, quais sejam: todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PENALIDADES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/ 2021, a Contratada que:
18.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
18.1.2.der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
18.1.3.der causa à inexecução total do contrato;
18.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
18.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
18.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
18.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
18.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 5º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);
18.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 18.2.2, 18.1.3 e 18.1.4 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 8º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024);
18.2.3.Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas

Pág. 82 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

nos subitens 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8 deste Contrato, bem como nos subitens 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 9º, do Decreto estadual nº 441, de 19 de janeiro de 2024).
18.2.4.Multa:
18.2.4.1. moratória de 0,2 % (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do Contrato;
18.2.4.2. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
18.2.4.2.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
18.2.4.3. compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
18.2.4.4. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
18.2.4.5. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
18.4.2.6. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º da Lei Federal nº 14.133/2021).
18.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei Federal nº 14.133/2021).
18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021)
18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/ 2021).
18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021):
18.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
18.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
18.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
18.6.4. os danos que dela provierem para a Contratante;
18.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos

Pág. 83 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021).

18.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

18.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EXTINÇÃO CONTRATUAL

19.1 - O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelos **CONTRATANTES**, mediante notificação escrita à **CONTRATADA**, em razão da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

a. Caso seja pedida ou decretada a falência, a dissolução, a liquidação ou a recuperação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, independentemente de aviso ou notificação.

b. Caso a CONTRATADA venha a ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no contrato.

c. Caso a CONTRATADA não cumpra a garantia da continuidade do suprimento, nos termos do contrato e da legislação vigente.

d. Caso a CONTRATADA deixe de cumprir qualquer de suas demais obrigações nos termos deste contrato e não corrija o inadimplemento em até 15 (quinze) dias contados do recebimento de aviso por escrito nesse sentido da parte adimplente.

e. Descumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

f. Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

g. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

h. Não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;

i. Descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

j. Prática de qualquer das condutas previstas no inc. III do art. 5º da Lei nº 12846/2013.

k. Em caso de descumprimento do prazo previsto na Cláusula 2.1.6.1.

19.2 - No caso de rescisão unilateral do contrato pelos **CONTRATANTES**, as partes aderentes deverão apresentar Plano de Rescisão Contratual, com prazo de conclusão de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, período durante o qual os serviços essenciais deverão continuar sendo prestados pela

Pág. 84 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

CONTRATADA mediante pagamento da remuneração devida.

19.3 - O Contrato poderá ser rescindido, independentemente da apuração de culpa de qualquer das partes contratantes, na ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovados, impeditivo da execução do Contrato ou que torne excessivamente onerosa a sua execução; e nos casos que há perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

19.4 - A extinção amigável do Contrato ocorrerá por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para os CONTRATANTES, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

19.5 - Na hipótese de imprescindibilidade para a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais e em caso de não elaboração do Plano de Rescisão Contratual previsto na Cláusula 19.2, a **CONTRATADA** poderá continuar executando o objeto do contrato pelo prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data da rescisão, até que seja promovida a contratação ou designação de novo fornecedor, de modo a garantir a continuidade e regularidade do serviço público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 - A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas pelos seguintes servidores indicados no processo administrativo instaurado para instrumentalizar a contratação, em conformidade com as disposições contidas no art. 117 da Lei federal nº 14.133, de 2021, e na Instrução Normativa SEA nº 14, de 2025:

GESTOR:

Nome: X
Cargo: XX
Matrícula: X
E-mail: X

FISCAL

Nome: X
Cargo: X
Matrícula: X
E-mail: X

20.2 - A fiscalização pelos **CONTRATANTES** não exclui nem reduz a responsabilidade integral da contratada pela inobservância de qualquer obrigação assumida ou por vícios e defeitos no objeto do

Pág. 85 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

contrato.

20.3 - Sem prejuízo das competências de fiscalização atribuídas a órgãos municipais e federais, a supervisão das obrigações deste contrato será conduzida pela Secretaria de Estado da Administração, ou, a seu exclusivo critério, por empresa(s) contratada(s) pelos **CONTRATANTES**.

20.4 - Os agentes de fiscalização, devidamente identificados e no exercício de suas funções, terão acesso irrestrito, a qualquer momento, às instalações e informações relacionadas ao objeto do presente contrato, sendo-lhes permitido solicitar informações e esclarecimentos de qualquer setor ou pessoa da **CONTRATADA** que possibilitem a verificação da correta execução deste contrato.

20.5 - Os agentes de fiscalização designados terão acesso aos documentos de natureza administrativa, contábil, financeira, comercial, operacional, patrimonial e técnica da **CONTRATADA** que contenham informações essenciais para a verificação do cumprimento das determinações deste contrato, incluindo eventuais contratos celebrados com terceiros, respeitando-se um prazo razoável para a entrega das informações pela **CONTRATADA.**

20.6 - A fiscalização realizada pelos **CONTRATANTES** não reduz nem isenta as responsabilidades da **CONTRATADA** quanto à adequada prestação dos serviços, bem como à correção e legalidade de seus registros contábeis e de suas operações financeiras e comerciais.

20.7 - Durante todo o prazo do contrato, e sem prejuízo das demais obrigações de fornecer informações estabelecidas neste contrato ou na legislação aplicável, a **CONTRATADA** compromete-se a:

a. Informar imediatamente sobre qualquer evento que possa prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e tempestivo das obrigações previstas no contrato.

b. Comunicar prontamente toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de forma significativa o normal desenvolvimento da execução do contrato, apresentando, por escrito e dentro do prazo necessário, um relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se pertinente, a contribuição de entidades especializadas externas à **CONTRATADA**, com as medidas adotadas ou em andamento para superar ou remediar as questões mencionadas.

20.8 - A **CONTRATADA** deverá manter os **CONTRATANTES** informados sobre eventos relevantes relacionados à execução do contrato, bem como responder a qualquer consulta formulada pelos agentes de fiscalização no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento da consulta.

20.9 - Os **CONTRATANTES** poderão exigir que a **CONTRATADA** apresente um plano de ação visando reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer instalação ou equipamento relacionado ao suprimento de energia elétrica visando aprimorar o serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DA CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS

21.1. Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada -, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Contratante, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.

Pág. 86 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

21.1.1. Quando o projeto se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o caput deste artigo incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
21.1.2. É facultado à Contratante deixar de exigir a cessão de direitos quando o objeto da contratação envolver atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação, considerados os princípios e os mecanismos instituídos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.
21.1.3. Na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, o autor deverá ser comunicado, e os registros serão promovidos nos órgãos ou entidades competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - DOCUMENTOS
Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, a proposta nº , datada de / / , e o Edital do Procedimento Licitatório nº XXX.

22.2 - FORO
As contratantes elegem, com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, o Foro da Comarca da Capital do Estado de SC para solução de quaisquer questões emergentes ao presente Contrato.

E, por assim estarem justas e acertadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, _____de _____de 20_____.

Pág. 87 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO IV - A
MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2025
Processo SEA 24927/2025
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

Tipo de Risco	Descrição do Risco (Premissas R7)	Consequência / Impacto	Medidas de Mitigação (Fonte R7)	Alocação de riscos
1. Planejamento / Regulatório	Risco de Migração e Adesão à CCEE: Falhas ou atrasos no processo de migração das UCs do mercado cativo para o livre.	Atraso na percepção da economia; Manutenção de custos elevados com a distribuidora local; Multas regulatórias.	Execução do PBM (Plano Básico de Migração) em 3 fases (Análise, Execução, Gestão) pelo proponente,. Consultoria especializada prevista no PBM.	Contratada (Proponente)
2. Físico / Execução	Atraso na Construção da Usina Eólica: Não conclusão do novo empreendimento no prazo de 36 meses estipulado.	Atraso no fornecimento de energia dedicada; postergação da eficiência energética plena.	Prazo máximo de 72 meses para implantação limite. Exigência de Licença Ambiental de Instalação (LAI) e Parecer de Acesso vigentes para habilitação,.	Contratada
3. Financeiro / Econômico	Volatilidade de Preço (PLD): Oscilação do preço da energia no mercado de curto prazo afetando a previsão orçamentária.	Instabilidade nos custos para o Estado; perda da economia projetada.	Contratos de longo prazo (até 35 anos) com índices pré-fixados (ANEEL + IPCA), eliminando a volatilidade,.	Contratada (o preço é fixado para o Estado)

Pág. 88 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

4. Operacional / Consumo	Descasamento de Consumo: Diferença entre a energia contratada e a efetivamente consumida pelas UCs estaduais.	Penalidades por subcontratação ou custo excessivo por sobra de energia.	Implementação de Sazonalização e Flexibilidade Mensal, permitindo ajustes de até 50% no volume contratado,.	Contratada (gestão via PBM)
5. Contratual / Fornecedor	Risco de Crédito/Inadimplência: Falência ou incapacidade financeira do fornecedor de energia.	Interrupção do fornecimento; necessidade de retorno ao mercado cativo a custos maiores.	Processo de Due Diligence (análise prévia rigorosa) na contratação. Garantia de performance atrelada à remuneração variável.	Contratada (Risco assumido na qualificação)
6. Regulatório	Alteração de Regras Setoriais: Mudanças nas normas da ANEEL ou CCEE que impactem os custos (ex: encargos).	Aumento imprevisto de custos não gerenciáveis (encargos setoriais).	Gestão ativa via consultoria ou comercializadora, prevista no escopo do PBM. Custos regulados ("Fio" e Encargos) são repassados, mas mitigados pela compra incentivada (50% desc. TUSD).	Compartilhado (Gestão da Contratada, Custo do Estado)
7. Social	Localização Inadequada: O empreendimento não ser instalado em região de baixo IDHM conforme exigido.	Descumprimento da função social do projeto; anulação do contrato ou licitação.	Premissa editalícia obrigatória: o empreendimento deve ser instalado em região de baixo IDHM em Santa Catarina,.	Contratada

Pág. 89 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO V
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS LEGISLAÇÕES VIGENTES

Para atendimento ao disposto no Edital de concorrência eletrônica nº XXXX/2025, promovido pela Secretaria de Estado da Administração, a empresa ....., estabelecida na Rua ....., nº ....., Bairro ....., Cidade...../UF....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal, DECLARA que atende as seguintes exigência legais estabelecidas.

( ) Declara que os dados referentes ao sócio majoritário da empresa informados na proposta de preços correspondem ao ato constitutivo vigente no dia da abertura da concorrência eletrônica.
( ) Declara cumprir a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (conforme art. 63, inciso IV, da LLCA).
( ) Declara que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (conforme art. 63, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021)
( ) Declara que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenha celebrado contratos com a administração pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (conforme art. 4º, § 2º, da LLCA). **(Apenas para ME/EPP que deseje gozar dos benefícios constantes nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)**
( ) Declara que não emprega de menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (conforme artigo 7º, XXXIII, da CRFB, de 1988).

Declara ainda, que se compromete a fornecer os comprovantes necessários quando, assim solicitados pelo Contratante.

Local e data, ...

NOME, CARGO E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA e CNPJ

Assinatura e carimbo

Pág. 90 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

ANEXO VI
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0899/2025
TERMO DE REFERÊNCIA

(Disponível para consulta no portal de compras do estado de Santa Catarina e no PNCP)

Pág. 91 de 91 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo SEA 00024927/2025 e o código 46QT6VM4.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **46QT6VM4**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VANIO BOING (CPF: 433.XXX.709-XX) em 19/12/2025 às 16:38:50
Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMjQ5MjdfMjUzMTJfMjAyNV80NIFUNIZNNA== ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **SEA 00024927/2025** e o código **46QT6VM4** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.